



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA REALIZADAS PELA.....	1
1.1 – Atividades desenvolvidas e previstas no PAINT/2010.....	1
1.2 – Atividades desenvolvidas e não previstas no PAINT/2010.....	4
2. DA IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES OU .....	8
2.1. Recomendações oriundas da CGU, dos órgãos setoriais do Sistema de Controle.....	8
2.2. Recomendações formuladas por esta Unidade de Auditoria Interna. ....	9
2.3 – Resoluções do Conselho Superior, atual Conselho Universitário – CONSUNI e do.....	12
2.3.1 – Das Resoluções do Conselho Superior / Conselho Universitário.....	12
2.3.2 Das Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.....	12
2.4 – Ações relativas a demandas recebidas pela ouvidoria da entidade ou outras unidades de .....	12
2.5 – As obrigações legais da entidade em relação às entidades de previdência privada, em.....	13
3. RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, ....	14
3.1 – O Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes.....	14
3.2 – Dos indicadores de desempenho utilizados pela entidade. ....	29
3.3 – A avaliação dos controles internos administrativos da entidade, relatando: .....	35
3.4 – Dos procedimentos licitatórios. ....	37
3.4.1 – Das Dispensas de licitação.....	37
3.4.2 – Das Inexigibilidades.....	38
3.4.3 – Dos Pregões (eletrônicos e presenciais), Tomadas de Preço e Concorrências. ....	38
3.5 – A avaliação do gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes, .....	39
3.6 – Verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal.....	45
4. FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL..	46
5. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA .....	47
6. AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	47

## INTRODUÇÃO

Em cumprimento às normas estabelecidas nas Instruções Normativas - CGU nº 07, de 24 de dezembro de 2006, da Controladoria - Geral da União e nº 01, de 3 de janeiro de 2007, da Secretaria Federal de Controle, apresentamos o RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAIN, referente ao exercício de 2010, sobre as atividades realizadas por este Setor de Auditoria Interna no âmbito da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG.

Das atividades desenvolvidas, neste exercício de 2010, algumas foram previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2010, aprovado pelo Conselho Universitário desta Instituição, por meio da Resolução nº 009/2010, contudo houve atividades não previstas que foram executadas por este setor, tendo em vista demandas internas e externas.

### 1. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA REALIZADAS PELA UNIDADE.

#### 1.1 – Atividades desenvolvidas e previstas no PAINT/2010

<b>Relatório</b>	<b>Áreas, unidades e setores auditados</b>	<b>Escopos examinados</b>	<b>Cronograma executado</b>	<b>Recursos humanos e materiais empregados</b>
01/2010	Pró-Reitoria de Administração e Finanças (Setor de Compras e Setor de Contratos), Comissão responsável por analisar as prestações de contas da Fundação de Apoio (FACEPE)	Análise de 100% das dispensas e contratos firmados com a Fundação de Apoio; foram examinadas também as rotinas internas dos setores da UNIFAL e da Fundação de Apoio (item 05 do PAINT/2010).	19/04/2010 a 24/06/2010.	1 servidor Legislações pertinentes, Acórdãos nº2731/2008, Recomendações da AI e da CGU, Processos de dispensa, Contratos firmados com a FACEPE e processos de Prestação de contas.

<b>Relatório</b>	<b>Áreas, unidades e setores auditados</b>	<b>Escopos examinados</b>	<b>Cronograma executado</b>	<b>Recursos humanos e materiais empregados</b>
02/2010	Contratações de obras e serviços de engenharia, Pró-Reitoria de Administração e Finanças (Setor de Compras e Setor de Contratos), Setor de Engenharia e Departamento de Contabilidade.	Análise de 07 processos e contratos de obras e serviços de engenharia, o que corresponde a 26% dos processos existentes àquela época e 71,82% dos recursos empregados em obras e serviços de engenharia pela Instituição (item 07 do PAINT/2010).	07/06/2010 a 23/08/2010.	1 servidor, processos licitatórios, respectivos contratos, sistemas oficiais (SIMEC, SIASG e SIAFI), Acórdãos do TCU, recomendações da CGU, legislações pertinentes e materiais bibliográficos.
03/2010	Licitações e contratos, exceto obras e serviços de engenharia, Pró-Reitoria de Administração e Finanças (Setor de Compras, Setor de Contratos e Departamento de Contabilidade).	Análise de 12 pregões que correspondem a 8,05% do total; 12 dispensas que correspondem a 22,64% do total; 02 inexigibilidades que correspondem a 20% do total; e 10 contratos que corresponde a 8,20% do total (item 08 do PAINT/2010).	10/09/2010 a 25/11/2010	1 servidor, processos licitatórios, contratos, acórdãos do TCU, recomendações da CGU, legislações pertinentes, materiais bibliográficos e sistemas oficiais específicos (SIASG e SIAFI).
04/2010	Contratos de terceirização, Pró-Reitoria de Administração e Finanças – Setor de Contratos.	Verificação do cumprimento das recomendações feitas por esta Auditoria Interna no Relatório de Auditoria nº 03/2009 e análise de 100% dos contratos no tocante ao cumprimento das referidas recomendações (item 09 do PAINT/2010).	25/11/2010 a 24/12/2010.	1 servidor, contratos de terceirização, recomendações da Auditoria Interna, legislações pertinentes e sistemas oficiais específicos (SIAFI e SIASG).

<b>Relatório</b>	<b>Áreas, unidades e setores auditados</b>	<b>Escopos examinados</b>	<b>Cronograma executado</b>	<b>Recursos humanos e materiais empregados</b>
	Auditoria Interna	Acompanhamento diário dos sistemas oficiais SIAFI, SIASG, SIAPE, SIMEC, SCDP e publicações do DOU.	01/01/2010 a 17/09/2010 e 20/09/2010 a 31/12/2010	2 servidores 1 servidor
	Auditoria Interna	Elaboração do RAIN-2009 (cumprimento do item 1 do PAINT/2010).	Janeiro de 2010	02 servidores, documentos e legislação específica
	Auditoria Interna	Elaboração do parecer referentes às contas do exercício de 2009 (item 02 e 03 do PAINT/2010)	Fevereiro e março de 2010	02 servidores, documentos e legislação específica.
	Auditoria Interna	Elaboração do PAINT-2011 (item 11 do PAINT/2010)	Outubro de 2010	01 servidor legislação específica e orientações obtidas no XXXIII FONAI/MEC.
	Auditoria Interna	Participação do XXXIII FONAI/MEC em Salvador (itens 12 do PAINT/2010)	18/10/2010 a 22/10/2010 – Salvador	01 servidor

No tocante à execução das atividades previstas no PAINT/2010, cabe-nos informar que ocorreram diversos fatores que inviabilizaram a observância do cronograma, conforme previsto. Diversas foram as demandas internas e externas a este setor de Auditoria Interna, conforme se verifica no item 1.2 deste RAIN. Tais demandas, corroboradas ao fato de terem havido mudanças na Reitoria da UNIFAL-MG, assim como no quadro desta Auditoria Interna, levaram a um descumprimento parcial do que foi planejado para o exercício de 2010.

É importante ressaltar que dos 17 itens previstos no PAINT/2010, quatro deixaram de ser realizados por esta Auditoria. Desses quatro, dois deles, item 04 – Assistência à Equipe de Auditoria da CGU/MG – e item 10 – Recomendações dos órgãos de controle de acordo com o Relatório Final de Auditoria do Exercício de 2009 –, não foram cumpridos por esta Auditoria em decorrência da vinda de equipe de auditoria da CGU/MG para realizar trabalhos “in

*loco*” nesta Instituição. O item 06 – Participação no XXXII Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Vinculadas ao MEC-FONAI/MEC – também não foi atendido tendo em vista que ambos os servidores lotados nesta Auditoria Interna encontravam-se impossibilitados de se ausentar de Alfenas por motivos pessoais. Já para o item 13 – Gestão de Recursos Humanos – não foram realizadas atividades por esta Auditoria, tendo em vista à readequação do cronograma do PAINT/2010, em razão dos fatos mencionados anteriormente. No que se refere à Gestão de Recursos Humanos, foram realizadas apenas consultas ao SIAPE no tocante à verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal, consultas estas que são realizadas com frequência por esta Auditoria Interna e integram o item 3.6 deste relatório. Também são realizadas consultas constantes ao SCDP para análise das concessões de diárias e passagens para os servidores desta Instituição.

Por fim, há de se mencionar que, para os itens 14 (Plano Plurianual no âmbito da Instituição), 15 (Orçamento da Instituição) e 16 (Gestão da Instituição), foram realizadas consultas específicas no decorrer do exercício cujas conclusões integram os itens específicos do presente RAIN/2010. Ainda no tocante ao orçamento, ressalta-se que para a realização de cada trabalho, previamente foi feito um levantamento orçamentário, por programa e ação, da representatividade daquela amostragem a ser analisada com o orçamento aprovado para a Instituição, para o exercício de 2010.

## **1.2 – Atividades desenvolvidas e não previstas no PAINT/2010**

- a) Assessoramento a diversos setores da Instituição, principalmente no tocante às rotinas do Setor de Contratos, das Concessões de Suprimento de Fundos e Diárias, onde, por várias vezes, este Setor foi solicitado a prestar assessoramento em assuntos diversos relacionados à matéria, o que é inerente às suas atividades.
- b) Nomeações do servidor ██████████ para compor diversas comissões, das quais algumas ainda não encerraram suas atividades, vejamos:

<b>Portaria</b>	<b>Finalidade</b>
1245 de 18/09/2009	Análise das decisões do TCU sobre o relacionamento das Universidades com suas Fundações de Apoio – Relatório Final entregue em 23/06/2010.
	Elaboração de questões para o concurso público referente ao Edital nº 096/2010 – Convocação por Ofício nº 310/2010/UNIFAL-MG/PROGEPE

238 de 04/03/2010	Participação em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – 120 dias a contar da data da portaria, para encerramento dos trabalhos.
905 de 07/07/2010	Comissão para a elaboração da normatização da gestão de patrimônio.
1473 de 22/10/2010	Comissão para a elaboração da normatização das rotinas de compras e contratações.
1474 de 22/10/2010	Comissão para a elaboração da normatização das rotinas do almoxarifado.

- c) Processo nº23087.005521/2010-26 – Elaboração do Regimento Interno da Auditoria Interna da UNIFAL-MG – após a aprovação do Regimento Geral da UNIFAL-MG, foi designado prazo para que todas as unidades desta Instituição elaborassem seus regimentos internos. Esta Auditoria Interna deu cumprimento a presente determinação no mês de setembro de 2010, sendo a minuta do Regimento Interno deste setor formalmente encaminhada ao Conselho Universitário para deliberação e aprovação em 01/10/2010;
- d) Processo nº 23087.000146/2010-28 – de 12/01/2010 – Ofício nº 47/2010/TCU/SECEX-MG o qual traz informações acerca do preenchimento do Tutorial para a geração e encaminhamento do relatório de gestão ao TCU. O referido processo foi despachado para a Auditoria Interna em 12/01/2010, sendo tomadas as devidas providências;
- e) Processo nº 23087.0000246/2010-54 – de 18/01/2010 – Ofício-Circular nº01/2010 - SEGECEX que encaminha o documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão” e científica o prazo final para a informação desses Indicadores de Gestão na Instituição. O referido ofício foi despachado para a Auditoria Interna em 15/01/2010, sendo tomadas as devidas providências;
- f) Processo nº 23087.000729/2010-59 – de 01/03/2010 – Ofício nº 05050/2010-CGU-MG/CGU-PR que trata de levantamento de informações de CPGF/2009 e solicita informações de diversos gastos efetivados pelos supridos desta Instituição. O referido ofício foi despachado para essa Auditoria Interna em 26/02/2010. Todas as providências foram tomadas e, juntamente com o Departamento de Contabilidade e Finanças, foi elaborado um relatório contendo todas as informações solicitadas, o qual foi encaminhado à CGU-MG através do Ofício Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº00328/2010, de 03/3/2010;
- g) Processo nº 23087.0001190/2010-55 – de 15/03/2010 – Ofício-Circular nº 004/2010/AECI/GM/MEC MEMO o qual aponta indícios de acumulação irregular de cargos de servidores desta Instituição e solicita informações acerca das providências adotadas por esta

- IFES sobre a matéria. O referido ofício foi despachado a esta Auditoria Interna em 12/03/2010. Todas as providências foram tomadas e a informação sobre as mesmas foram devidamente encaminhadas à Assessoria Especial de Controle Interno do MEC, através do Ofício Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº00556/2010, de 12/04/2010;
- h) Processo nº 23087.001838/2010-93 – de 07/04/2010 – Ofício Nº10022/2010/CGU-MG/CGU-PR o qual contém o resultado do cruzamento de dados dos servidores do Ministério da Educação com a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. O mencionado ofício cita indícios de acumulação irregular de cargos de 12 servidores desta Instituição, bem como solicita que seja encaminhado, formalmente, à CGU-MG relatório, elaborado pela Auditoria Interna da Instituição, discriminando a situação de cada servidor, bem como as providências adotadas pela mesma. O aludido ofício foi despachado a esta Auditoria Interna em 06/04/2010. Toda a documentação foi reunida e analisada por este Setor que elaborou competente relatório, o qual foi encaminhado à CGU-MG pelo Reitor da Instituição, por meio do Ofício Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº00987/2010 de 01/06/2010;
- i) Processo nº 23087.003313/2010-92 – de 10/06/2010 – Ofício nº 18702/2010/CGU-MG/CGU-PR que trata de requisição de informações/documentos de diversos gastos efetivados pelos supridos através do CPGF nesta Instituição. O referido ofício foi despachado para essa Auditoria Interna em 09/06/2010. Todas as providências foram tomadas e, juntamente com o Departamento de Contabilidade e Finanças, foi elaborado um relatório contendo todas as informações solicitadas, o qual foi encaminhado à CGU-MG através do Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº01035/2010, de 14/06/2010;
- j) Processo nº 23087.004400/2010-67 – de 03/08/2010 – Ofício nº 25340/2010/CGU-MG/CGU-PR referente ao monitoramento da Gestão 2010 e que solicita avaliar a pertinência do edital do Convite nº 01/2010, cujo objeto é a contratação de profissional especializado na área de assistência social, considerando a necessidade de justificativas que demonstrem a inexistência de profissional desta área nos quadros da Universidade, assim como de justificativa por não se utilizar a modalidade Pregão Eletrônico. O presente processo foi despachado a esta Auditoria Interna no dia 03/08/2010. Foram feitas diligências junto aos setores responsáveis e foram prestadas as informações requeridas através do Ofício Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1103/2010, datado de 06/08/2010;
- k) Processo nº 23087.004606/2010-97 – de 10/08/2010 – Ofício nº 26087/2010/CGU-MG/CGU-PR – Solicitação Prévia de Fiscalização de Obras do REUNI. A presente fiscalização foi realizada em dois períodos nesta Instituição – de 11 a 13/08 e de 21 a 23/09 –, bem como à distância, sendo a última solicitação, Solicitação de Fiscalização nº 03/2010, datada de

29/09/2010. A interlocução entre a Instituição e a equipe de Fiscalização ficou a cargo desta Auditoria Interna que prontamente atendeu às demandas da equipe da CGU/MG. As solicitações à distância foram devidamente atendidas através dos Ofícios Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1108/2010, datado de 17/08/2010, Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1164/2010, datado de 21/09/2010 e Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1174/2010, datado de 06/10/2010;

- l) Processo nº 23087.005351/2010-80 – de 20/09/2010 – Ofício Circular nº 466/2010/CSMEC/CORAS/CRG/CGU-PR que solicita informações sobre a efetiva utilização do Sistema CGU-PAD. O mencionado ofício foi despachado para esta Auditoria Interna em 17/09/2010, uma vez que o Administrador e Cadastrador do referido Sistema é o senhor [REDACTED], Chefe da Auditoria Interna da UNIFAL-MG. O presente ofício foi devidamente respondido através do Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1195/2010, datado de 04/11/2010;
- m) Processo nº 23087.005352/2010-24 – de 20/09/2010 – Ofício Circular nº 483/2010/CSMEC/CORAS/CRG/CGU-PR o qual solicita informações acerca dos processos disciplinares, a serem prestadas em duas oportunidades. O referido ofício foi despachado a esta Auditoria Interna em 17/09/2010. Em 4/11/2010 foram prestadas as informações relativas à primeira etapa da solicitação, qual seja, o quantitativo de processos disciplinares, nos termos do referido ofício, instaurados até o dia 31/10/2010, através do Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1196/2010. Posteriormente, no dia 30/12/2010, através do Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1230/2010, foram prestadas as informações relativas à segunda etapa, e que se referem aos processos disciplinares instaurados de 31/10/2010 a 29/12/2010;
- n) Processo nº 23087.005341/2010-44 – de 20/09/2010 – OFÍCIO Nº 30414/2010/CGU-MG/CGU-PR que trata de requisição de informações/documentos de diversos gastos efetivados pelos supridos através do CPGF, nesta Instituição. O referido ofício foi despachado para essa Auditoria Interna em 17/09/2010. Todas as providências foram tomadas e, juntamente com o Departamento de Contabilidade e Finanças, foi elaborado um relatório contendo todas as informações solicitadas o qual foi encaminhado à CGU-MG através do Ofício Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº01164/2010, de 23/09/2010;
- o) Processo nº 23087.005577/2010-81 – de 07/10/2010 – Ofício Nº32494/2010/CGU-MG/CGU-PR – Acompanhamento dos Gastos – Gestão 2010, o qual requer informações acerca do cumprimento das determinações ou recomendações contidas no Acórdão nº 4779/2010, da segunda câmara, bem como solicita informações se esta Instituição teria sido objeto de outras demandas exaradas pelo TCU. O referido ofício foi despachado para esta Auditoria Interna em

- 06/10/2010. Foram feitas diligências junto aos setores responsáveis e as informações foram prestadas através do Ofício Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1186/2010, datado de 26/10/2010;
- p) Processo nº 23087.005784/2010-35 – de 26/10/2010 – Ofício Nº 33364/2010/CGU-MG/CGU-PR – Auditoria de acompanhamento das contas do exercício de 2010, o qual solicita informações/documentos referentes ao Pregão Eletrônico nº 06/2010, justificando-se a utilização de pregão eletrônico para a contratação de serviços de engenharia. O presente ofício foi despachado a esta Auditoria Interna no dia 20/10/2010. Foram feitas diligências junto aos setores responsáveis e as informações requisitadas foram devidamente prestadas através do Ofício Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1188/2010, datado de 27/10/2010;
- q) Solicitação da presença do servidor [REDACTED] para participar da conferência anual dos materiais do Programa Ampliado de Livros de Textos e Materiais de Instrução – PALTEX que foi realizada no dia 12/11/2010.
- r) Processo nº 23087.006495/2010-53 – de 09/12/2010 – OFÍCIO Nº 38731/2010/CGU-MG/CGU-PR que tratava de requisição de informações/documentos de diversos gastos efetivados pelos supridos através do CPGF, nesta Instituição. O referido ofício foi despachado para essa Auditoria Interna em 09/12/2010. Todas as providências foram tomadas e, juntamente com o Departamento de Contabilidade e Finanças, foi elaborado relatório contendo todas as informações solicitadas, o qual foi encaminhado à CGU-MG através do Ofício Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº1223/2010, datado de 15/12/2010;

## **2. DA IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS.**

### **2.1. Recomendações oriundas da CGU, dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e do TCU.**

Em um levantamento feito nos diversos setores desta Instituição, foi possível constatar que no ano de 2010 não houve recomendações ou determinações direcionados diretamente a esta Instituição. Houve sim a edição de diversos Acórdãos referentes à área de pessoal, contudo não continham determinações, se limitavam apenas a julgar aposentadorias sem fazer qualquer determinação a este órgão.

Há de se mencionar, contudo, o Acórdão nº 4779/2010 – TCU – 2º Câmara, que foi encaminhado a esta Instituição através do Ofício nº 32494/2010/CGUMG/CGU-PR, de 29-9-2010, no qual contém um “alerta” da CGU com relação à contratação temporária, no sentido de que se observe o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 8.745/93. Quanto a este alerta, temos que relatar que

esta Instituição observa o comando do referido dispositivo legal quando da realização das suas contratações temporárias.

Os demais acórdãos e comunicações oficiais encaminhadas a esta Instituição não continham qualquer recomendação ou determinação.

## **2.2. Recomendações formuladas por esta Unidade de Auditoria Interna.**

No decorrer dos trabalhos desta Auditoria Interna, ao dar cumprimento ao PAINTE-2010, foram feitas as seguintes recomendações, sendo que todas elas foram devidamente encaminhadas aos setores respectivos, para implementações:

- a) No Relatório de Auditoria nº 01/2010 (item 05 do PAINTE/2010), referente aos trabalhos desenvolvidos no relacionamento da UNIFAL-MG com sua Fundação de Apoio (FACEPE), foram desenvolvidas ações junto à Pró-Reitoria de Administração e Finanças, junto à Comissão responsável pela análise da prestação de contas e junto à Fundação de Apoio. Para tanto foram feitas as seguintes recomendações: a) Que o objeto dos contratos firmados com a FACEPE seja específico e bem delimitado, evitando-se, assim, contratos com objetos genéricos; b) Que todos os contratos celebrados com a FACEPE tenham seus objetos devidamente delineados, com definição prévia (clara e sucinta), em projeto especificado em contrato; c) Que tais projetos contenham detalhamento adequado e suficiente à caracterização dos serviços contratados, bem como todos os requisitos do item 9.2.2 do Acórdão TCU nº2731/2008; d) Que para os projetos que demandem existência sequencial no tempo seja feita a competente justificativa técnica; e) Que seja dada ampla divulgação a todos os projetos a fim de que todos os interessados da comunidade acadêmica possam participar; f) Que a FACEPE, quando da realização de compras ou contratações vinculadas a projetos ligados à UNIFAL-MG, formalize processos individualizados por solicitação, instruindo-os com todos os documentos pertinentes àquela aquisição/contratação, tais como: solicitação; cotações; documentos de regularidade dos fornecedores; documento fiscal devidamente identificado com o código do projeto e em nome da FACEPE; comprovante do pagamento (caso seja feito por cheque e juntamente com outros pagamentos, que seja feito um demonstrativo); termo de entrega comprovando a efetiva entrega do bem adquirido ao solicitante; bem como todos os documentos que se fizerem necessários à fiel demonstração dos atos e fatos referentes a cada aquisição ou

contratação; g) Que haja padronização nas prestações de contas apresentadas pela FACEPE sendo exigidos, pela comissão responsável pela verificação das mesmas, pelo menos os documentos previstos no item 9.2.18 do Acórdão TCU nº2731/2008, principalmente no tocante ao demonstrativo das receitas e despesas devidamente comprovados; h) Que tais prestações de contas sejam feitas ao final de cada contrato/projeto; i) Que todos os contratos firmados com a Fundação de Apoio contenham cláusula que a obrigue a prestar contas à UNIFAL-MG; j) Que sejam instituídos, pela UNIFAL-MG, meios para que haja uma análise quantitativa e qualitativa das prestações de contas apresentadas pela FACEPE, de tal sorte que tais critérios sejam verificados em cada projeto realizado; k) Que seja instituído normativo pormenorizado do relacionamento da UNIFAL-MG com as Fundações de Apoio; e l) Que seja normatizada, também, a atividade esporádica do docente com dedicação exclusiva, no âmbito da UNIFAL-MG, conforme preceitua o art.14, §1º, “d” do Decreto nº94664/87. O relatório contendo todas as referidas recomendações foi formalmente encaminhado à Reitoria e à Pró-Reitoria de Administração e Finanças. Desde então, no intuito de dar cumprimento ao recomendado, iniciou-se um estudo de como se procederia às alterações contratuais. Foi também constituída comissão para a elaboração de normas que regulamentarão a atividade esporádica docente. Por fim, há de se informar que neste mês de janeiro de 2011 foram feitas algumas reuniões, contando com a presença desta Auditoria Interna, da Procuradoria Jurídica, da Pró-Reitoria de Administração e Finanças, da Fundação de Apoio e do Reitor da UNIFAL-MG, no sentido de iniciar as alterações necessárias e apontadas por esta Auditoria.

- b)** Para o Relatório nº 02/2010 (item 07 do PAIN/2010), que analisou os processos e rotinas das contratações de Obras e Serviços de Engenharia, não foi encontrado nenhum indício de irregularidade que pudesse causar danos ao erário. O que se constatou foram pequenas incorreções procedimentais que puderam ser sanadas diretamente com o setor, não gerando qualquer recomendação. Contudo, no intuito de fomentar os controles internos do setor, esta Auditoria Interna realizou um estudo sobre a matéria e preparou um roteiro de operacionalização. Então, recomendamos que este roteiro fosse difundido nos setores responsáveis, no sentido de que o mesmo, corroborado pelo acompanhamento das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União acerca da matéria, pudesse auxiliar os setores no desempenho de suas funções. A presente recomendação foi prontamente acatada pela Pró-Reitoria de Administração e Finanças que, de imediato, distribuiu para os setores responsáveis cópia do referido roteiro de operacionalização;

- c) Para o Relatório nº 03/2010 (item 08 do PAINT/2010), análise dos processos e rotinas internas das licitações e contratos (excetuando-se as licitações e contratos de obras e serviços de engenharia e serviços terceirizados), foram feitas as seguintes recomendações:
- a) Na contratação de serviços de transporte para alunos deve-se nomear um fiscal para o contrato ligado à Pró-Reitoria solicitante;
  - b) Nas aquisições por cotação eletrônica, observar o valor das cotações iniciais de tal sorte que não haja aquisições acima dos valores orçados;
  - c) Resultando a cotação eletrônica em valores superiores à cotação inicial, cancelar o item e dispensar a licitação para quem forneceu a menor cotação;
  - d) Na repetição de cotação eletrônica por itens cancelados, observar o valor orçado no início do procedimento que foi devidamente aprovado pela autoridade competente;
  - e) Na impossibilidade de repetição da cotação eletrônica e caso se faça necessária a alteração dos valores orçados, instruir novos autos para serem submetidos a todo o procedimento de aprovação e aquisição;
  - f) Ao celebrar contratações diretas por meio de inexigibilidade de licitação, fundamentadas no art. 25, II da Lei nº 8666/93, observar a comprovação da inviabilidade de competição, através da demonstração de que se trata de serviço técnico de natureza singular e que os profissionais ou empresas contratadas gozam de notória especialização;
  - g) Observar o preceituado no § 4º do art. 62 da Lei nº 8666/93 nos casos de aquisições de bens com entrega imediata e integral dos quais não gerem obrigações futuras;
  - h) Padronizar as rotinas internas do setor através da edição de normativos internos específicos;
  - i) Tais normativos, depois de editados, devem ser devidamente divulgados para toda a comunidade acadêmica. Tais apontamentos foram formalmente encaminhados à Pró-Reitoria de Administração e Finanças juntamente com o Plano de Providências. Este foi devidamente preenchido e restituído a esta Auditoria Interna contendo as manifestações do setor acerca dos apontamentos. Há de se informar, também, que os apontamentos foram devidamente encaminhados para cada um dos setores responsáveis dentro da Pró-Reitoria de Administração e Finanças e estão sendo devidamente observados. Por fim, cabe-nos informar que foi constituída comissão para a elaboração dos normativos internos que regulamentarão as rotinas internas do setor;
- d) Para o Relatório nº 04/2010 (item 09 do PAINT/2010), Contratos de terceirização, recomendou-se o seguinte:
- a) Fazer as medições, tempestivamente, no Sistema Oficial pertinente, conforme devidamente previstas no cronograma;
  - b) Orientar o Departamento de Contabilidade para que não efetive pagamentos até que as medições estejam devidamente

lançadas no Sistema Oficial; c) Realizar o lançamento no SIASG (SICON) das medições referentes aos períodos pagos e sem alimentação do sistema. No tocante a estas recomendações, pela Pró-Reitoria de Administração e Finanças foram tomadas as medidas cabíveis no sentido de orientar ao fiscal do contrato de serviços terceirizados, bem como o Departamento de Contabilidade e Finanças para que fossem corrigidas as impropriedades apontadas, bem como se evitar a reiteração das mesmas.

## **2.3 – Resoluções do Conselho Superior, atual Conselho Universitário – CONSUNI e do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE.**

### ***2.3.1 – Das Resoluções do Conselho Superior / Conselho Universitário.***

As resoluções advindas do Conselho Superior / Conselho Universitário foram obtidas através de solicitação de auditoria dirigida à Secretaria Geral. O arquivo disponibilizado por aquele setor encontra-se anexo a este documento (Anexo I). No decorrer do exercício, esta Auditoria Interna acompanha as publicações das referidas resoluções no sítio oficial da Instituição, bem como verifica o seu cumprimento. Quando da elaboração deste relatório, de posse de todas as resoluções emitidas pelo referido Conselho, foi feita nova checagem acerca do cumprimento do preceituado em cada uma delas e concluiu-se que todas foram devidamente atendidas pela Instituição.

### ***2.3.2 Das Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.***

As resoluções advindas do CEPE também foram obtidas através de solicitação de auditoria dirigida à Secretaria Geral, que prontamente disponibilizou o arquivo com as mesmas, sendo que tais resoluções encontram-se anexas a este documento (Anexo II).

De posse de tais resoluções, foi feita uma verificação junto aos órgãos competentes e verificou-se que a Instituição observa, na íntegra, o preceituado nas mesmas.

## **2.4 – Ações relativas a demandas recebidas pela ouvidoria da entidade ou outras unidades de ouvidoria relacionadas, bem como denúncias recebidas diretamente pela entidade.**

Antes de iniciar o relato das denúncias existentes, há de se informar que esta Instituição está implantando, desde o final do ano de 2010, a sua unidade de Ouvidoria. Assim

sendo, com relação ao exercício de 2010, todas as denúncias existentes foram encaminhadas diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Conforme o ofício Of. UNIFAL-MG/REI/Gab/Nº 002/2011, de 06 de janeiro de 2011, existem os seguintes processos referentes às denúncias encaminhadas:

a) Processo nº 23087.002972/2009-78

Fato Denunciado: Apuração de ameaças contra docente.

Providências adotadas: Instauração de Sindicância

Conclusão: Em andamento

b) Processo nº 23087.004330/2009-11

Fato Denunciado: Denúncia dos acadêmicos referente às ações cometidas por docente do Curso de Odontologia.

Providências adotadas: Foi constituída comissão de sindicância para apurar os fatos

Conclusão: Arquivamento de processo

c) Processo nº 23087.006891/2009-47

Fato Denunciado: Denúncia dos acadêmicos referente à cobrança de taxas aos pacientes do Curso de Especialização em Endodontia.

Providências adotadas: Foi constituída comissão de sindicância para apurar os fatos

Conclusão: Arquivamento de processo

d) Processo nº 23087.000788/2010-27

Fato Denunciado: Apuração de utilização de produtos no Laboratório Central.

Providências adotadas: Instauração de Sindicância

Conclusão: Arquivamento de processo

e) Processo nº 23087.002321/2010-11

Fato Denunciado: Apuração sobre o uso de alimentos e bebidas por alunos em viagem técnica.

Providências adotadas: Instauração de Inquérito

Conclusão: Em andamento

f) Processo nº 23087.002349/2010-59

Fato Denunciado: Apuração de realização de trote por alunos.

Providências adotadas: Instauração de Inquérito

Conclusão: Em andamento

## **2.5 – As obrigações legais da entidade em relação às entidades de previdência privada, em especial quanto ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº108, de 29 de maio de 2001, e no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº109, de 29 de maio de 2001.**

Esta Instituição não possui vínculo com entidades de previdência privada.

### 3. RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS.

#### 3.1 – O Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para o exercício de 2010, em todos os trabalhos desenvolvidos, foi feito um levantamento orçamentário dos empenhos emitidos para aquelas atividades e da representatividade da amostragem utilizada no todo. Assim sendo, no decorrer do ano foram desenvolvidas ações de auditoria nos seguintes programas e ações: 1375 (Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa) – Ação 4006 (Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação); 1375 – Ação 8667 (Pesquisa Universitária e Difusão dos seus Resultados); 1073 (Brasil Universitário) – Ação 11F0 (Expansão do Ensino Superior – Campus de Varginha); 1073 – 11O2 (REUNI – Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Alfenas); 1073 – Ação 4004 (Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária); 1073 – Ação 4008 (Acervo Bibliográfico destinado às Instituições de Ensino Superior e Hospitais de Ensino); e 1073 – Ação 4009 (Funcionamento dos Cursos de Graduação).

Tendo em vista dados extraídos do SIMEC em 24/01/2011, passamos a analisar as referidas ações:

AÇÃO	FÍSICO		FINANCEIRO (20/01/2011)				
	Previsto	Alcançado	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Despesas Liquidadas
11F0	600	660 – 110%	1.320.638,00	1.320.638,00	1.320.431,00	1.320.431,00	591.893,00
11O2	820	868 – 106%	9.220.478,00	9.220.478,00	9.217.065,00	9.217.065,00	2.912.269,00
4008	3.750	4.596 - 123%	300.000,00	300.000,00	299.936,00	299.936,00	45.261,00
4009	4.630	4.180 – 90%	41.806.055,00	53.716.055,00	53.127.971,00	53.127.971,00	51.558.682,00
4006	77	66 – 86%	968.185,00	968.185,00	236.362,00	236.362,00	112.617,00
4004	250.000	168.985 – 68%	200.00,00	200.000,00	199.962,00	199.962,00	163.377,00
8667	140	220 – 157%	370.000,00	370.000,00	368.322,00	368.322,00	243.802,00

Conforme demonstrado acima, verifica-se que as metas previstas no Plano Plurianual, na Lei Orçamentária e no Plano de Metas da Instituição, como um todo, foram alcançadas. Algumas ações obtiveram maior êxito, vindo a superar o previsto. Da mesma forma que algumas ficaram aquém das metas estipuladas. Contudo, não houve maiores discrepâncias na consecução de cada ação. Tal fato também é espelhado ao se analisar as demais ações, as quais não foram objeto de trabalhos desta Auditoria Interna no decorrer do ano de 2010. No sentido de subsidiar a presente análise, bem como trazer para este relatório uma visão mais técnica de cada Ação prevista para esta Instituição, foi feita uma consulta à Assessoria de Planejamento para que esta se manifestasse de uma forma mais completa a respeito das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a respeito da análise feita para cada programa de governo ou programa de trabalho, abordando o programa ou ação administrativa, a respeito dos objetivos gerais e específicos, das metas previstas, da avaliação crítica dos resultados alcançados e, também, a respeito do desempenho da unidade e dos fatos que prejudicaram o desempenho administrativo e as providências adotadas para os casos em que não foram alcançadas as metas. Tais informações foram devidamente prestadas pelo setor e encontram-se transcritas a seguir:

#### **Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis**

Unidade de Medida: Pessoa Beneficiada

Previsto LOA : 176

Plano de Metas : Não fez parte do Plano de Metas

Realizado : 184

A execução do objeto desta Ação situou-se 4,54% acima do que foi previsto na Proposta Orçamentária, perfazendo um total de 184 pensões e aposentadorias no ano de 2010. Como os dados são lançados no sistema SIMEC, este, reconhece o mês no qual teve uma ocorrência maior, ou seja, 184 pessoas beneficiadas. Quanto ao orçamento desta Ação (Dotação e Créditos) foi autorizada uma dotação orçamentária de R\$ 12.684.524,00 que foi utilizada em 99,42%.

#### **AÇÃO 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

Unidade de Medida: Pessoa Beneficiada

Previsto LOA : 875

Plano de Metas : 974

Realizado : 918

O benefício de assistência médica e odontológica aos servidores ativos e inativos da UNIFAL-MG foi implantado em 2008. Foi adotada pela Instituição a modalidade de ressarcimento ao servidor que possui planos de saúde que atenda a Portaria Normativa Nº 1, de 27 de dezembro de 2007. Desde então vem aumentando o número de servidores que solicitam o benefício. Em 2008 foram 179 beneficiários, em 2009 foram 796, e, em 2010 foram 918 pessoas beneficiadas, entre servidores ativos e inativos e seus dependentes. O quantitativo de 2010 ficou 4,91% acima do previsto na Proposta Orçamentária e 5,75% abaixo do que foi projetado posteriormente no Plano de Metas 2010.

Foi proposto um orçamento de R\$ 755.795,00 que foi redimensionado para R\$ 563.805,00 no Plano de Metas de 2010. No total foram utilizados R\$ 753.394,00 que representa 99,68% daquilo que estava na Proposta Orçamentária e 25,16% superior ao que foi previsto no Plano de Metas.

### **AÇÃO 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

Unidade de Medida: Criança Atendida

Previsto LOA : 81

Plano de Metas : 115

Realizado : 115

Esta ação é contínua e executada em função da demanda dos servidores. Quando da elaboração da Proposta Orçamentária, em agosto de 2010, a instituição não dispunha de uma fonte mais precisa de dados para prever o número de solicitações deste benefício. Contudo, na elaboração do Plano de Metas 2010, estimou-se de acordo com o número de solicitações nos anos anteriores e o aumento de servidores que haveria para 2010 um total de 115 crianças atendidas. Portanto, considerando o histórico desta Ação e a previsão de novas entradas de servidores a previsão foi exatamente 100% daquilo que foi previsto no Plano de Metas, enquanto que em relação à Proposta Orçamentária o resultado ficou 41,97% abaixo do previsto.

Foi previsto um orçamento de R\$ 86.215,00 para o ano de 2010, que posteriormente foi redimensionado para R\$ 99.318,40 no Plano de Metas. Como resultado, foi executado um orçamento de R\$ 104.851,00 que foi possível com a solicitação de créditos adicionais. Os valores desta Ação ficaram 21,62% acima do previsto na Proposta Orçamentária e 5,57% acima do que foi previsto no Plano de Metas 2010.

## **AÇÃO 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

### Unidade de Medida: Servidor Beneficiado

Previsto LOA : 12

Plano de Metas : 12

Realizado : 18

Devido à pequena procura deste benefício pelos servidores em anos anteriores, a previsão para o exercício de 2010 foi de 12 servidores beneficiados tanto na Proposta Orçamentária que posteriormente tornou-se Lei, quanto no Plano de Metas que foi finalizado em maio de 2010. Na prática, houve um aumento significativo do número de beneficiados num total de 18 servidores. Este quantitativo representa 50% acima do que estava previsto para 2010.

Foi disponibilizado inicialmente um orçamento de R\$ 18.997,00, que somado aos créditos adicionais teve um orçamento autorizado de R\$ 21.902,00. No Plano de Metas o valor foi redimensionado para R\$ 29.864,80. Na prática houve aumento do número de beneficiários e diminuição do valor pago. No total foi executado R\$ 16.314,00 que representa 74,49% dos créditos autorizados e 54,63% do previsto no Plano de Metas. Esta diferença na parte orçamentária deve-se ao fato de que as rotas de transporte dos novos requisitantes serem menores, diminuindo assim o valor pago pelo servidor e ressarcido pela UNIFAL-MG.

## **AÇÃO 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**

### Unidade de Medida: Servidor Beneficiado

Previsto LOA : 487

Previsto Plano de Metas : 625

Realizado : 592

O auxílio alimentação é uma Ação realizada em função basicamente do número de servidores pertencentes ao quadro da instituição. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), a UNIFAL-MG, não possuía uma base suficiente para projeção de quantos servidores seriam contratados em 2010, prejudicando a previsão do número de benefícios. Na ocasião utilizou-se o quantitativo projetado até o final de 2009. Dessa forma, para o Plano de Metas elaborado no 1º semestre de 2010 projetou-se um quantitativo de 625 servidores a serem beneficiados nesta Ação, tomando-se como base os quantitativos as contratações previstas no Programa REUNI e também vagas pendentes do programa de Expansão Fase 1.

Na execução houve uma evolução do número de benefícios na medida em que aumentava o número de servidores. O resultado foi 21,56% superior ao da Proposta Orçamentária,

contudo, foi inferior em 5,28 % em relação à projeção do Plano de Metas. Em termos de orçamento, estimou-se na Proposta Orçamentária o valor de R\$ 840.902,00, que foi redimensionado no Plano de Metas para R\$ 2.175.424,00, tendo sido executado R\$ 2.092.119,00, ou seja, 96,17% em relação ao previsto no Plano de Metas. A grande distorção existente entre o previsto na Proposta Orçamentária e Plano de Metas deve-se ao fato de quando da elaboração da Proposta Orçamentária o valor do benefício era de aproximadamente R\$ 144,00, tendo sido alterado em 2010 para R\$ 304,00.

#### **AÇÃO 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos**

Esta Ação visa proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental. Como a regulamentação dos exames periódicos ocorreu somente no final de 2009, as Instituições estão se adequando ao modelo para definir sua política. A Secretaria de Recursos Humanos trabalhou no ano de 2010 para disponibilizar o módulo no sistema SIAPESaude para que as Instituições pudessem gerar seus dados de forma mais organizada. O módulo já foi disponibilizado no mês de outubro e a alimentação de sua base de dados está sendo discutida por um grupo de trabalho, seguindo as diretrizes contidas no SIASS (Sistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor).

A UNIFAL-MG dispõe de um laboratório de Análises Clínicas e o mesmo manifestou disponibilidade de realização dos exames periódicos, a Universidade adquiriu insumos com o recurso disponibilizado para a realização dos exames laboratoriais. Foram disponibilizados R\$51.100,00 que foram utilizados em 79% para aquisição dos insumos para realização dos exames.

#### **AÇÃO 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

##### Unidade de Medida: Servidor Beneficiado

Previsto LOA : 250

Previsto Plano de Metas : 250

Realizado : 184

A capacitação dos servidores ficou 26,4% abaixo da meta estipulada na Proposta Orçamentária e no Plano de Metas. O resultado ficou aquém do esperado, pois, quando foi realizada a previsão em 2009, levou-se em conta o número de ações de capacitação a serem realizadas. Como os dados são alimentados pelo SIMEC, a equipe de apoio orientou que deveria ser informado o número de servidores capacitados e o servidor que houvesse sido

capacitado no mês anterior não poderia ser contabilizado novamente em outras capacitações. Caso a meta realmente fosse “número de ações de capacitação”, esta seria atingida sem maiores problemas.

Foi disponibilizado orçamento de R\$ 130.000,00 para promover as ações de capacitação que foram executados em 99,39%. A Instituição reconhece a necessidade de maiores investimentos em capacitação, contudo, os recursos destinados são oriundos da distribuição de recursos às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por meio de matriz. Estes recursos são destinados à manutenção das Unidades, tendo, portanto, vários recursos já direcionados para atividades essenciais da Universidade.

#### **AÇÃO 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Esta Ação não tem caráter finalístico, no entanto, contribui para com os objetivos do programa Brasil Universitário, uma vez que, assegura o direito dos servidores pelo pagamento ao regime de previdência, garantindo-lhes a segurança necessária para exercer suas atividades. O acompanhamento em nível local foi atribuído ao Departamento de Contabilidade e Finanças que é um órgão de apoio à Reitoria.

Esta ação tem características distintas das demais, uma vez que não possui metas físicas, apenas previsões orçamentário/financeiras, que por sua vez foram quase que totalmente realizadas. Em 2010 a previsão orçamentária mais os créditos foram de R\$ 9.049.488,00, cuja execução atingiu 97,51%. Esta ação é classificada como Operação Especial.

#### **AÇÃO 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**

Esta Ação, assim como a 09HB não institui metas físicas, apenas previsões orçamentário/financeiras que são executadas de acordo com demandas. Pertence ao Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais que se refere ao pagamento de Precatórios. Foi autorizada uma Dotação Orçamentária de R\$ 101.010,00, que foi totalmente utilizada.

#### **AÇÃO 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor**

Esta Ação, assim como a 09HB e 0005 não institui metas físicas, apenas previsões orçamentário/financeiras que são executadas de acordo com demandas. Pertence ao Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais que se refere ao pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Foi autorizada uma Dotação Orçamentária de R\$ 13.466,00, que não foi utilizada, e, portanto, devolvida.

**ACÇÃO: 2E14 – Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior**

Unidade de Medida: Unidade Modernizada

Previsto LOA : 2

Previsto Plano de Metas : 2

Realizado : 3

Esta Ação destina-se a Recuperar, manter e/ou modernizar a infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino, para assegurar a expansão da oferta de vagas do ensino de graduação com qualidade.

Os recursos de Emenda Parlamentar Individual do deputado federal [REDACTED] que já constavam da Lei Orçamentária Anual de 2010 foram descontingenciados somente no dia 31/12/2010. Para tanto, a Universidade Federal de Alfenas já havia preparado os processos licitatórios contando com a liberação dos recursos. Foi possível então a aquisição de 1 aparelho de tomografia e mais 5 equipamentos odontológicos para Faculdade de Odontologia, para o Instituto de Ciências Exatas foram adquiridos 5 equipamentos e para a Assessoria de Informática foram adquiridos 7 monitores, 16 computadores, 2 switches e um projetor multimídia.

**ACÇÃO: 4004 – Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária**

Unidade de Medida: Pessoa Beneficiada

Previsto LOA : 250.000

Previsto Plano de Metas : 250.000

Realizado : 168.985

Esta Ação destina-se a oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e integração entre a Instituição e a comunidade. A valorização das atividades de extensão é de grande importância para a concretização dos objetivos do programa Brasil Universitário, ou seja, ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à

extensão, com vistas a disseminar o conhecimento. Buscou-se em 2010 a gestão eficiente dos recursos disponíveis através de critérios objetivos na concessão de bolsas e processo licitatório para compra de materiais e contratação de serviços.

O estabelecimento de indicadores eficazes e a coleta de dados quantitativos para estes indicadores representam um problema não particular da Pró-Reitoria de Extensão, mas comum à Extensão Universitária Nacional, atualmente em estudo e discussão pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Forproex.

Grande parte das ações de extensão apenas pode ter seus relatórios apresentados ao final do ano civil, seja devido à duração da ação - que no caso dos projetos, se estendem normalmente de fevereiro a dezembro - seja no caso de boa parte de eventos e cursos - com maior concentração nas últimas semanas do período letivo. A data-limite para submissão desses relatórios coincide com o encerramento das atividades anuais da Instituição, seguida, por sua vez, pelo período de férias docentes, o que impossibilita a cobrança dos relatórios não entregues até aquela data. Esta particularidade da Extensão afeta também a prestação de informações fidedignas ao Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – Simec - sobre o público atingido mensalmente.

Dos 255 projetos, prestações de serviços, cursos e eventos registrados, apenas 140 tiveram seus relatórios apresentados até a presente data, dos quais computou-se um público de 92 776 pessoas atendidas. Note-se que, se projetada a quantidade de pessoas atendidas proporcionalmente às ações registradas, obter-se-á o quantitativo de 168 985 pessoas atendidas, ou seja, ter-se-á atingido 68% da meta prevista para o ano de 2010, que é de 250 000 pessoas.

O setor responsável pelo gerenciamento da Ação em nível local é a Pró-Reitoria de Extensão, que na atual estrutura conta com a Pró-Reitora, coordenadora da Ação, cinco servidores - dos quais duas servidoras - uma museóloga e uma assistente social - não desempenham atividades diretamente relacionadas à Extensão - e, desde 20 do mês último, uma funcionária terceirizada. Devido à escassez de funcionários e ao acúmulo de tarefas sob responsabilidade do setor, não foi possível, durante o ano de 2010, um acompanhamento satisfatório das ações de extensão, no que se refere à coleta de dados. Particularmente no caso dos projetos, não foi possível o estabelecimento de um processo contínuo de acompanhamento, o que resultou no baixo índice de fornecimento, pelos responsáveis por estas ações, de informações necessárias ao preenchimento fidedigno de dados ao Simec dentro do prazo previsto.

Outro fator que contribuiu para a diminuição do público atingido em 2010 foi a adoção de critérios mais específicos para registro e aprovação de Projetos de Extensão. Algumas ações,

que anteriormente eram registradas como Projetos de Extensão, de acordo com esses novos critérios passaram a ser registradas e tiveram seu público atingido contabilizado como Prestações de Serviços, ou seja, projetos que, por exemplo, realizavam exames clínicos, contabilizavam, anteriormente, públicos atingidos bastante extensos. Como Prestação de Serviços, atualmente é contabilizada apenas a quantidade de exames ou laudos emitidos. Quanto à questão orçamentária, esta Ação teve um orçamento autorizado de R\$ 200.000,00, utilizado em 99,98%, na aquisição de materiais de consumo, serviços de terceiros e também bolsas para atendimento aos editais de Extensão.

### **AÇÃO 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino**

#### Unidade de Medida: Itens Adquiridos

Previsto LOA : 1.600

Previsto Plano de Metas : 3.750

Realizado : 4.596

Esta Ação como integrante do programa Brasil Universitário tem por objetivo possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação. A UNIFAL-MG tem buscado sempre a atualização deste acervo tendo em vista o dinamismo dos acontecimentos nas ciências. Além disso, a ampliação se torna necessária tanto pelo crescimento dos cursos, quanto pela disponibilização de mais opções para os alunos.

Devido às constantes mudanças de sistemas e do próprio espaço físico da Biblioteca Central da UNIFAL-MG nos últimos anos houve atrasos na catalogação do acervo. Dessa forma, nos últimos anos foi utilizado como unidade de medida de mensuração dos resultados, o número de itens adquiridos. Para tanto, a previsão inicial projetada na Proposta Orçamentária era de aquisição de 1.600 unidades, que posteriormente foi redimensionada no Plano de Metas para 3.750. Os resultados se mostraram superior a meta estabelecida na Proposta Orçamentária em 187% e em relação ao Plano de Metas em 23%. Foi utilizado 99,98% do orçamento autorizado de R\$ 300.000,00 no exercício de 2010.

Ainda em 2010 a Biblioteca Central da UNIFAL-MG conseguiu atualizar sua base de dados. Atualmente com os seguintes números:

- . Número de livros disponíveis na Biblioteca da UNIFAL-MG, nos três campi, no ano de 2010: 42816 exemplares;

10632 títulos;

. Número de periódicos disponíveis na Biblioteca da UNIFAL-MG, nos três campi, no ano de 2010:

35662 fascículos;

1182 fascículos.

### **AÇÃO: 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação**

Unidade de Medida: Aluno Matriculado

Previsto LOA : 4.630

Previsto Plano de Metas : 4.334

Realizado : 4.180

A Ação de Funcionamento dos Cursos de Graduação permite a operacionalização de grande parte da infra-estrutura física dos campi da UNIFAL-MG. Uma de suas principais características é dar o suporte necessário para a manutenção da instituição, através de contratação de Serviços Terceirizados, Pagamento de Diárias e Passagens, Obras e Instalações, Materiais de Consumo e serviços de manutenção de seu patrimônio. Tão importante quanto às atividades de suporte estão às atividades finalísticas da instituição, porque é através desta Ação que são pagos os Docentes e Técnico-Administrativos em atividade.

Atualmente o indicador solicitado é o total de Alunos Matriculados nos cursos de graduação da instituição. No ano de 2010 a meta prevista no Projeto de Lei Orçamentária e depois no Plano de Metas levou em consideração de que todas as vagas de todos os cursos e em todos os semestres estariam totalmente preenchidas, sem levar em consideração a evasão e também o não preenchimento de vagas nos processos seletivos. Portanto, quando se considera a previsão LOA que era de 4.630, atingiu-se 90,28 do previsto. Quando se considera a previsão redimensionada no Plano de Metas, atingiu-se 96,45%.

Foi autorizada uma dotação orçamentária de R\$ 53.716.055,00, que foi executada em 98,90%. Desse valor, 83,37% representa despesas de pessoal, que são as chamadas despesas obrigatórias. As demais despesas referem-se a despesas de capital, principalmente para compra de equipamentos e despesas de custeio para a manutenção da Instituição.

### **AÇÃO: 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino**

Unidade de Medida: Unidade Mantida

Previsto LOA : 2

Previsto Plano de Metas : 2

Realizado : 2

Esta ação conta com recursos da Fonte 250 que é a de Recursos Diretamente Arrecadados (RDA). Os recursos nesta Ação são investidos na compra de material de consumo para o Laboratório Central de Análises Clínicas e para as Clínicas Odontológicas. Em 2010 esta Ação teve uma Dotação Orçamentária de R\$ 400.000,00. Contudo, não houve arrecadação suficiente para o orçamento previsto, dessa forma, adquiriram-se materiais de consumo para as Clínicas Odontológicas e o Laboratório Central de Análises Clínicas por meio da compra de material de consumo com os recursos arrecadados, na ordem de R\$ 271.383,00.

### **ACÇÃO: 4006 – Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação**

#### Unidade de Medida: Aluno Matriculado

Previsto LOA : 77

Previsto Plano de Metas : 77

Realizado : 66

A UNIFAL-MG iniciou o ano de 2010 com três programas recomendados pela CAPES: O de Ciências Farmacêuticas que iniciou suas atividades em agosto de 2005, o de Química que iniciou em março de 2008 e o Multicêntrico em Ciências Fisiológicas iniciado em março de 2009. Havia a perspectiva que um quarto programa, o de Ecologia e Tecnologia Ambiental, iniciasse suas atividades em março de 2010. Contudo, a sua recomendação pelo CTC da CAPES foi dada tardiamente, em 25-02-2010, o que permitiu o efetivo início do programa somente em agosto de 2010. A ausência da seleção no primeiro semestre do Programa de Ecologia e Tecnologia Ambiental foi, portanto, um dos principais motivos do percentual executado nessa ação ter ficado aquém do previsto (86%). Além disso, os outros três programas projetaram um aumento de vagas que elevaria o teto executado em 2009. Contudo, devido às dificuldades encontrada com infraestrutura laboratorial dos docentes recém-credenciados, altíssima carga horária dedicada às aulas de graduação (os 58 docentes credenciados nos programas tiveram em média 16,7 hora/aula semanais na graduação), e desempenho aquém do ponto de corte dos candidatos nos processos seletivos dos programas, o número de vagas totais ficou ligeiramente abaixo do previsto inicialmente.

Foram disponibilizados R\$ 968.185,00 para esta Ação. Contudo, R\$ 818.185,00 são recursos da fonte 250, que são diretamente arrecadados pela Instituição. Este valor foi estimado na expectativa de que houvesse arrecadação com cursos de Especialização, o que não foi concretizado. Os recursos disponíveis foram usados no pagamento de bolsas de pós-

graduação (PIB-PÓS), com recursos da fonte 250 (próprios) e material de consumo e serviços com recursos da fonte 112 (tesouro), perfazendo um total de R\$ 236.362,00, sendo R\$ 86.400,00 para bolsas e R\$ 149.962,00 em materiais de consumo e serviços. No ano de 2010 foram concedidas 6 bolsas mensais de pós-graduação pagas com recursos do orçamento. Os recursos para a compra de material de consumo foram distribuídos aos grupos de pesquisa ligados aos programas de pós-graduação, o mesmo ocorrendo com os serviços.

### **ACÇÃO 8667 – Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados**

#### Unidade de Medida: Pesquisa Publicada

Previsto LOA : 140

Previsto Plano de Metas : 250

Realizado : 220

Foram publicados 220 artigos derivados de pesquisas realizadas com auxílios provenientes do orçamento e de recursos obtidos de agências de fomento por meio de projetos de pesquisa individuais e institucionais nos últimos dois anos, 2008 e 2009. O resultado de publicações ficou 57,14% superior ao estimado na Proposta Orçamentária e 12% inferior ao redimensionamento ocorrido no Plano de Metas Institucional.

Além dos artigos completos publicados em periódicos (220), foram publicados livros (10), capítulos de livros (34), textos em jornais de notícias/revistas (108), trabalhos completos em anais de congressos (123), Resumos expandidos publicados em anais de congressos (61), resumos em anais de congressos (301), apresentações de trabalho (274), e demais produções Bibliográfica (32). Outras produções técnicas foram desenvolvidas: Softwares sem registro de patente (8), Produtos tecnológicos (2), Trabalhos técnicos (42) e demais tipos de produção técnica (77). Produções artísticas/cultural (5).

Em relação aos anos anteriores houve um acréscimo significativo de pesquisas publicadas. Esse fato está associado ao ingresso de docentes no ano de 2009, que vieram contribuir para o aumento substancial do número de artigos. Em 2008 a UNIFAL-MG possuía 126 doutores e 69 mestres. Em 2009 estes números cresceram para 207 e 108, respectivamente de doutores e mestres. Outro fator que certamente contribuiu para o aumento acima do previsto da produção docente foram as pesquisas desenvolvidas dentro dos programas de pós-graduação em Ciências Farmacêuticas, Ciências Fisiológicas e Química durante o ano anterior, que impactaram sobremaneira no aumento da produção dos docentes orientadores da Pós-graduação da Unifal-MG, principalmente os do Programa de Química que teve no início de 2010 seus primeiros egressos e, conseqüentemente, suas primeiras produções bibliográficas.

Outro ponto relevante é o aumento do número de pós-doutores atuando na instituição. A instituição fechou o ano de 2010 com 4 bolsistas PNPd-CAPES e 1 bolsista de Pós-doutoramento FAPEMIG.

Por fim, mas não menos importante, o aumento da produção científica está associada também ao aumento da captação de recursos junto às agências de fomento (em 2008 foi de R\$ 1,8 M, em 2009 foi de R\$ 3,2 M, e em 2010 foi de R\$ 3,7 M), do aumento de bolsas de iniciação científica (151 bolsas em 2008, 216 bolsas em 2009 e 256 bolsas em 2010) e pós-graduação (20 bolsas em 2008, 29 bolsas em 2009 e 54 bolsas em 2010).

Foram executados 99,55% do orçamento destinado nesta Ação. Os recursos foram usados no pagamento de bolsas de iniciação científica (PROBIC) e material permanente. Atualmente são 47 bolsas mensais de iniciação científica pagas com recursos do orçamento. Para a compra de material permanente foram apresentadas propostas pelos grupos, por meio de chamado (edital) específico.

### **ACÇÃO 11F0 – Expansão do Ensino Superior - *Campus de Varginha***

#### Unidade de Medida: Vaga Disponibilizada

Previsto LOA : 600

Previsto Plano de Metas : 600

Realizado : 660

O campus Varginha da UNIFAL-MG foi implantando no ano de 2009, fazendo parte do Programa de Expansão Fase I, por meio de repactuação junto ao Governo Federal. A criação dos cursos se deu ainda em 2008, e sua implantação aconteceu em 2009 com o início do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia que dará ao aluno a opção após seu término (previsto para três anos) de ingressar no Bacharelado Específico em Administração Pública, Ciências Econômicas – Controladoria e Ciência Atuariais.

O projeto do Bacharelado Interdisciplinar prevê a oferta de 150 vagas a cada semestre e também nos primeiros anos a oferta de 10% de acréscimo de vagas, o que tornaria a oferta de 165 vagas semestrais. A meta atribuída não levou em consideração os 10% por tratar-se de acréscimo dos primeiros anos. Inclusive, foi aprovado pelo CEPE, que a partir de 2011 não será mais ofertado os 10% de acréscimo. Dessa forma, como houve oferta de 10% a mais de vagas, foram ofertadas um total de 330 vagas no ano de 2010, que somadas as 330 vagas de 2009, perfazem um total de 660 vagas ofertadas na Expansão – campus Varginha.

Os créditos orçamentários disponibilizados para o campus Varginha em 2010 foram utilizados para a manutenção do campus com serviços de terceirização, energia elétrica, água

e esgoto, telefonia, diárias, material de consumo, dentre outros. Foi possível também contratar a construção do “Prédio C”, de 1.300m<sup>2</sup> de área, em junho de 2010, e que, já se encontra próximo de seu término. Foram disponibilizados R\$ 1.320.638,00 que foram utilizados em 99,98%.

## **AÇÃO 1102 – REUNI - Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)**

### Unidade de Medida: Vaga Disponibilizada

Previsto LOA : 820

Previsto Plano de Metas : 820

Realizado : 868

Esta é uma Ação de Projeto incluída no orçamento da UNIFAL-MG mediante sua aprovação no ano de 2008. Em 2009 deu-se início aos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia no campus de Poços de Caldas com duração mínima de três anos, e que, dá ao aluno o título de Bacharel, além da oportunidade de acesso ao Bacharelado Específico nas Engenharias Ambiental, Engenharia de Minas e Engenharia Química, de acordo com seu rendimento acadêmico. Além do campus de Poços de Caldas, tiveram início no campus Sede os cursos de Fisioterapia, Ciências Sociais Bacharelado e Licenciatura, Letras Bacharelado e Licenciatura e História. Na Proposta Orçamentária, que serve de base para a LOA, estava previsto nesta Ação que seriam disponibilizadas 820 vagas que reflete o somatório das vagas de 2009 e 2010. Contudo, no projeto de curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia no campus de Poços de Caldas, estava previsto um acréscimo de 10% na oferta de vagas nos primeiros anos do curso. Dessa forma, a previsão foi redimensionada no Plano de Metas para 868, o que de fato ocorreu com ingresso de alunos no 1º e 2º semestres.

Foram disponibilizados créditos orçamentários de R\$ 9.220.478,00, sendo R\$ 7.301.955,00 para despesas com obras e equipamentos e 1.918.523,00 de recursos de custeio para despesas de manutenção e suporte aos cursos do Programa REUNI. Os recursos de custeio foram utilizados com terceirização de serviços, energia elétrica, água, telefonia, matérias de consumo, dentre outros. Os recursos de capital foram utilizados para aquisição de equipamentos, mobiliário, serviços de rede subterrânea no campus Poços, Contratação do “Prédio E” em Poços com 1.524 m<sup>2</sup> de área e Contratação do “Prédio B” na Unidade Educacional no Bairro Santa Clara e Pinheirinho com 4.160 m<sup>2</sup> de área. Foram empenhados 99,96% dos recursos disponibilizados.

## **AÇÃO 4002 – Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação**

### Unidade de Medida: Aluno Assistido

Previsto LOA : 4.630

Previsto Plano de Metas : 1.700

Realizado : 464

Esta Ação busca apoiar os estudantes do ensino de graduação em diversas frentes, oferecendo assistência alimentar, incluindo a manutenção de restaurantes universitários, atividades de campo, auxílio creche. A UNIFAL-MG, com o apoio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) adquiriu os equipamentos para os restaurantes de Poços e Alfenas. Em Poços de Caldas o restaurante já iniciou suas atividades no 2º semestre de 2010 e em Alfenas iniciará em fevereiro de 2011.

Quando da elaboração da Proposta Orçamentária a previsão refletia a previsão total de alunos em 2010. No Plano de Metas foi redimensionada a demanda para 1.700 alunos a serem beneficiados com recursos do PNAES. Essa demanda não se concretizou porque se previa que o restaurante de Alfenas iniciaria suas atividades no 2º semestre de 2010. Dessa forma, foram contabilizados somente aqueles alunos que receberam o auxílio direto, perfazendo um total de 464, que representa 10% do previsto na LOA e 27,30% do previsto no Plano de Metas. Pelos critérios estabelecidos nos Editais, muitas vezes os alunos recebem mais de um benefício, tendo em vista que são analisados critérios sócio-econômicos.

Foram disponibilizados créditos orçamentários de R\$ 2.367.997,00, sendo que R\$1.667.997,00 refere-se a recursos da fonte 112 (tesouro nacional) e R\$ 700.000,00 a recursos da fonte 250 (recursos próprios). Os créditos de recursos próprios ocorreriam caso o gerenciamento do restaurante fosse realizado pela própria UNIFAL-MG, o que não ocorreu, portanto, não houve arrecadação referente ao orçamento de recursos próprios desta Ação. Os recursos da fonte 112 foram totalmente utilizados para pagamento das bolsas de assistência estudantil e equipamentos para o Restaurante Universitário.

## **AÇÃO 8429 – Formação Inicial e Continuada a Distância**

Esta Ação visa realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.

A meta para o número de alunos matriculados em 2010 nos cursos de modalidade a distância na UNIFAL-MG era de 760. Foram matriculados 552 alunos. Essa diferença ocorreu devido à avaliação dos pólos UAB pela Secretaria Especial de Educação à Distância, que suspendeu temporariamente o início de alguns cursos, a saber: segunda turma do curso de Licenciatura em Química, polo de Campos Gerais/MG (35 alunos); primeira turma da Licenciatura em Ciências Biológicas nos polos de Ilícinea/MG (35 alunos) e Boa Esperança/MG (35 alunos); primeira turma da especialização *latu sensu* em Teorias e Prática na Educação no pólo de Barroso/MG (50 alunos). As demais vagas (53) não foram preenchidas devido à desistência de alunos já matriculados nas demais turmas.

Foram disponibilizados créditos orçamentários de R\$ 794.906,00, que foram utilizados em 68%, proporcionando a oferta de cursos de graduação licenciatura e especialização à distância. Com os recursos foi possível a contratação de serviços gráficos para impressão de apostilas, material de consumo e diárias para servidores em visitas aos pólos e também para colaboradores eventuais.

### 3.2 – Dos indicadores de desempenho utilizados pela entidade.

Os indicadores utilizados por esta Instituição são os seguintes:

<b>Indicador</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Variação %</b>
I. Custo Corrente/Aluno Equivalente	12.037,09	11.778,95	-2,14
II. Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	5,16	7,50	45,35
III. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente	4,09	5,64	37,65
IV. Funcionário Equivalente/Professor Equivalente	1,26	1,33	5,63
V. Grau de Participação Estudantil	0,51	0,61	19,60
VI. Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação	0,0163	0,0160	-1,84
VII. Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação	3,50	3,60	2,86
VIII. Índice de Qualificação do Corpo Docente	4,20	4,30	2,38
IX. Taxa de Sucesso na Graduação	86,15	62,14	-27,87

Há de se salientar que tais indicadores encontram-se em conformidade com o documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”, elaborado pelo Tribunal de Contas da União, Secretaria da Educação Superior e Secretaria Federal de Controle tudo em conformidade com a decisão nº408/2002 – Plenário e Acórdãos nº1043/2006 e 2167/2006 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União.

Vejam as explanações acerca da variação dos indicadores em comparação com o exercício de 2009, elaborada pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional em atenção a Solicitação deste setor de Auditoria Interna:

### **I. Custo Corrente / Aluno Equivalente**

Houve em 2010 uma pequena redução de 2,14% neste indicador em relação ao ano de 2009. Isso prova que a UNIFAL-MG começou a se estabilizar com relação a esse indicador, pois no período 2008-2009 houve um considerável aumento nesse indicador devido ao processo de significativo crescimento nos gastos com a contratação de professores e técnico-administrativos sem que houvesse elevação no número de alunos-equivalentes, pois conforme constante do documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão” elaborado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), SESu/MEC (Secretaria de Educação Superior) e SFC (Secretaria Federal de Controle Interno) os cursos novos não devem ser objeto do cálculo do aluno equivalente. Tal orientação se dá em função do cálculo levar em consideração o número de ingressantes e concluintes não sendo, portanto, aplicável ao cálculo os cursos que ainda não tiveram concluintes.

No ano de 2010, houve na instituição oito novos cursos que tiveram a sua primeira turma formada (Biotecnologia, Ciência da Computação, Física, Geografia Bacharelado, Geografia Licenciatura, Matemática, Pedagogia e Química Licenciatura), que somados com os sete cursos que já eram estáveis, garantiram um considerável aumento no número de alunos-equivalentes, passando de 4.489,72 em 2009 para 5.836,68 em 2010, registrando um aumento de 30% nesse índice. Com relação ao custo corrente no ano de 2010, houve um aumento de 26,38% se comparado a 2009, isso devido a vários fatores, como por exemplo, o acréscimo de 19 professores efetivos, 45 funcionários equivalentes, a continuidade de investimentos físicos com o Programa Expansão Fase I no *campus* de Varginha e os investimentos com o Programa REUNI, nos *campi* de Poços de Caldas e Sede, o aumento dos recursos oriundos da LOA em virtude do crescimento da UNIFAL-MG, dentre outros fatores.

## **II. Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente**

Houve um aumento de 45,35% neste indicador. Uma das causas para o aumento foi a compensação da queda ocorrida em 2009 devido aos processos de implantação dos novos cursos de graduação, que exigiram a entrada de professores de forma antecipada em relação aos alunos.

Outro fator que contribuiu para o aumento desse indicador foi o acréscimo de oito novos cursos de graduação que tiveram sua primeira turma formada, tornando-se cursos estáveis, passando a ser contabilizados no cálculo desse indicador, e, também, do aumento de 63,46% no número de alunos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que fizeram com esse indicador (Aluno Tempo Integral) registrasse um aumento de 62,68%, enquanto o número de Professores Equivalentes tivesse um aumento de apenas 5,02%.

## **III. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente**

Reflete a relação entre o indicador “Aluno Tempo Integral” e o “Número de Funcionário Equivalente” que leva em consideração os servidores Técnico-Administrativos e funcionários terceirizados. Houve um aumento no indicador de 37,65% no ano de 2010. A principal causa deste aumento foi a compensação da queda desse indicador registrada no ano anterior causada pelo baixo índice do “Aluno Tempo Integral”, que não leva em consideração cursos novos, em contraste com aumento considerável no número de técnico-administrativos e funcionários terceirizados para que fossem viabilizados os cursos novos naquele ano. O aumento no número de Alunos Tempo Integral foi de 54,38% em 2010 com relação a 2009, enquanto o aumento do número de funcionários equivalentes foi de 10,93% no mesmo período.

## **IV. Funcionário Equivalente/Professor Equivalente**

Houve um aumento de 5,63% neste indicador em virtude da compensação da contratação no ano de 2009 de um elevado número de docentes (127) em relação ao número de Técnico-Administrativos (42) e funcionários terceirizados (39). Já em 2010, houve um aumento de 17 professores, 14 Técnico-Administrativos e 31 funcionários terceirizados. Como o número de funcionários-equivalentes é o numerador do indicador e foi maior que o número de professores contratados, verifica-se um contrabalanceamento nesse indicador se comparado ao ano de 2009, havendo, portanto, em 2010 uma busca do equilíbrio histórico da UNIFAL-MG nessa relação.

## **V. Grau de Participação Estudantil**

Este indicador teve um aumento de 19,60% em relação a 2009. Este indicador mede alunos da graduação em Tempo Integral pelo número de matrículas da graduação. O aumento deve-se ao fato de que em 2009 o número de Alunos-Equivalentes foi relativamente baixo se comparado aos alunos matriculados, pois os alunos de cursos novos não fazem o cômputo do Aluno-Equivalente. Já em 2010, com a entrada de 8 novos cursos passando a ser estáveis, o número de Alunos Tempo Integral aumentou em uma proporção maior que o número de alunos absolutos.

## **VI. Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação**

A UNIFAL-MG vem buscando fortalecer sua Pós-Graduação nos últimos anos, e, juntamente com o processo de expansão da instituição vem crescendo também os seus resultados. Este indicador mede o número de alunos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em relação ao total de alunos matriculados na graduação e na pós-graduação. Em 2010 este indicador teve um decréscimo de 1,84, contudo, isso não significa que houve diminuição da pós-graduação, mas, sim, um crescimento acentuado do indicador “Aluno Tempo Integral”. Em relação ao número de alunos matriculados na pós-graduação houve um aumento de 26,92%.

## **VII. Conceito CAPES**

Este indicador esteve praticamente estável desde a criação dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na UNIFAL-MG, quando houve, em 2009, um aumento de 16,67% em relação a 2008. Houve crescimento também em 2010 de 2,86% nesse indicador, explicada pelo início de um novo curso de mestrado em Ecologia e Tecnologia Ambiental, cujo conceito da Capes foi avaliado em 3, e principalmente, pela nova avaliação realizada no programa de Química que alterou o conceito de 3 para 4.

## **VIII. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)**

Este índice teve um aumento de 2,38% em relação a 2009. Este fato é muito positivo para a instituição tendo em vista que reflete a evolução da qualificação do seu corpo docente. Em 2010 houve o aumento de 17 professores com relação a 2009, e o número de professores com doutorado aumentou em 22, isso significa que além dos novos professores contratados possuem alto grau de qualificação, os professores já existentes na UNIFAL-MG estão se qualificando. Ressalta-se que atualmente 98,56% do quadro de professores efetivos da

UNIFAL-MG são compostos por mestres e doutores, demonstrando já ser um quadro com alta qualificação.

### **IX. Taxa de Sucesso na Graduação**

Este indicador traz um percentual que indica o número de alunos diplomados em relação ao número de alunos que ingressaram no início do ciclo. A UNIFAL-MG historicamente teve taxas acima de 90% neste indicador, principalmente por ter como base cursos da área de saúde onde a retenção é menor. Contudo, com a transformação em Universidade iniciaram-se cursos de diversas áreas do ensino como exatas, humanas, sociais aplicadas, dentre outras, que provavelmente ocasionarão algumas distorções na trajetória deste indicador.

No ano de 2010 este indicador foi de 62,14. Em 2010, oito novos cursos tiveram a sua primeira turma de concluintes (Biotecnologia, Ciência da Computação, Física, Geografia Bacharelado, Geografia Licenciatura, Matemática, Pedagogia e Química Licenciatura), sendo que cinco deles são da área de exatas o que provocou uma retenção maior que a esperada. Em contrapartida, os cursos tradicionais mantiveram taxas de retenção muito baixas, como, por exemplo, o curso de Odontologia que teve apenas 3% de retenção, tendo diplomado 97 alunos no ano de 2010. No curso de Farmácia houve uma retenção de apenas 2%, diplomando 98 alunos e, por fim, o curso de Enfermagem que diplomou 37 dos 40 alunos que ingressaram.

Da análise desses indicadores, verifica-se que os mesmos foram elaborados dentro dos padrões exigidos pelas legislações pertinentes, assim como atendem aos requisitos previstos pelo art.7º, II da Instrução Normativa nº01 de 03 de janeiro de 2007 da Secretaria Federal de Controle. Quanto a tais requisitos, vejamos:

- a) **Qualidade:** no tocante à qualidade dos indicadores, há de se aferir elementos que traduzam a eficácia e eficiência dos mesmos ao medir o grau de acerto em função da missão institucional. Assim, verifica-se que os indicadores apresentados pelo setor competente encontram-se elaborados de forma eficaz e eficiente de forma a espelhar o grau de acerto da missão institucional;
- b) **Confiabilidade:** tal requisito diz respeito à segurança das informações prestadas, à coerência e à consistência da fundamentação das variáveis que representam desvios significativos. Quanto a este tópico, o setor que colhe as informações e as tabula é bem

criteroso e, além disso, conta com acompanhamento de perto por este setor de Auditoria Interna;

- c) Representatividade: tal critério encontra-se diretamente relacionado ao item anterior, pois a coleta, manipulação, edição e publicação das informações compiladas e transformadas em indicadores, feitos criteriosamente por aquele setor, conforme mencionado anteriormente, qualificam o que representa a Instituição em relação a sua área de atuação, possibilitando uma análise de desempenho fundamentada. Quanto a esse critério, verifica-se que a Instituição teve um desempenho coerente com a sua expansão vivenciada nos últimos anos;
- d) Homogeneidade: este está intimamente ligado à padronização dos indicadores utilizados, o que se deu através das decisões do TCU sobre o assunto. Contudo é cediço que é possível cada Instituição criar novos indicadores que espelhem as suas realidades. A UNIFAL-MG, até a presente data, optou por manter apenas os indicadores instituídos pelo TCU;
- e) Praticidade: significa transmitir a informação de forma consistente, embasada e fundamentada tecnicamente e isenta de prolixidade, ou seja, com objetividade. Os indicadores da Instituição são colhidos de forma consistente. Sua formatação se dá de forma fundamentada e, com objetividade, espelham a realidade da Instituição;
- f) Validade: também ligada à eficiência, a validade caracteriza-se pela aceitação geral dos indicadores por todos os envolvidos, ou seja, por todos aqueles que se valerão desses indicadores para fundamentar suas decisões. Assim sendo, verifica-se que os dados formatados pela Instituição e tabulados como Indicadores permite um direcionamento dos dados institucionais, garantindo que, futuramente, tais dados poderão ser utilizados em futuras análises;
- g) Independência: verifica-se que as informações são produzidas pelos diversos setores dessa Instituição e analisadas e tabuladas em outro setor o que corrobora para a independência na formatação dos Indicadores;
- h) Simplicidade: tal critério remete à transparência, no sentido de que as informações produzidas e tabuladas sejam de fácil compreensão. Na Instituição, os Indicadores produzidos permitem uma visibilidade fácil dos resultados obtidos no período;
- i) Cobertura: remete à noção se os resultados obtidos, em termos estatísticos, contemplam os processos ou áreas de atuação da Instituição. Para esse critério, verifica-se que os Indicadores produzidos contemplam sim as áreas e processos institucionais. Contudo, seria interessante que novos indicadores fossem criados para que haja uma melhor avaliação e detalhamento de todas as áreas e processos institucionais;

- j) **Economicidade:** permite demonstrar se a Instituição conseguiu desempenhar seus fins com eficiência, ou seja, atingir suas metas da maneira menos dispendiosa possível no tocante aos recursos públicos. Nesse ponto, através dos indicadores traçados pela Instituição e em comparação com os indicadores dos anos anteriores, é possível se aferir a variação dos custos da Instituição;
- k) **Acessibilidade:** tal critério, assim como a simplicidade, remete à transparência, pois permite, através de uma linguagem acessível, o entendimento proposto pelo indicador e o objetivo de sua mensuração. Tal fato é observado nos Indicadores da Instituição, conforme se pode observar da transcrição feita acima;
- l) **Estabilidade:** a estabilidade dos Indicadores é possível se verificar através da análise histórica, pois essa indicará as possíveis variações dentro de um determinado período. Para a confecção dos indicadores da UNIFAL-MG, foi levada em conta a situação de expansão enfrentada pela Instituição, bem como suas fundamentações técnicas para os casos de ocorrência de desvios o que permite aos observadores, mesmo aqueles que estão fora da Instituição, entender o funcionamento e a causa destas ocorrências extraordinárias.

### **3.3 – A avaliação dos controles internos administrativos da entidade, relatando:**

#### **a) As fragilidades identificadas.**

Uma fragilidade que perdura mesmo após a aprovação do Regimento Geral da UNIFAL-MG, que se deu no dia 09/04/2010, através da Resolução nº 04 do Conselho Superior, é a ausência da especificação de competências de cada um dos setores, cuja delimitação geral se encontra prevista no Regimento Geral. Tal fato acarreta fragilidades no sentido da incorreção de informações em sistemas oficiais como o SIORG, o qual ainda contém a estrutura antiga, uma vez que sua alimentação se dá apenas com a publicação da nova estrutura da Instituição o que somente poderá ser feita após a aprovação dos regimentos internos de cada Unidade. Conseqüentemente, a alimentação de dados em outros sistemas que dependam da estrutura informada no SIORG, tais como o CGU/PAD e o SCDP, fica prejudicada tendo em vista a inexistência de unidades ou setores presentes na estrutura aprovada no Regimento Geral.

Outro fator relevante que acarreta fragilidades nos controles internos administrativos é a ausência de normas internas específicas contemplando definições, orientações, limites, competências, dentre outras rotinas de suma importância para o bom desenvolvimento das rotinas internas. A ausência de tais normas sobrecarrega ainda mais os diversos setores da

Instituição, uma vez que rotinas que poderiam estar muito bem definidas em normas internas acabam tendo que ser refeitas pelos setores, gerando um retrabalho desnecessário.

Há de se mencionar, também, a defasagem no quantitativo de pessoal técnico-administrativo que, mesmo tendo havido nomeações de servidores concursados nos últimos anos, tal defasagem continua sendo uma fragilidade, ainda mais tendo em vista o atual crescimento da instituição com a implantação do Campus II em Alfenas e dos *Campi* de Varginha e Poços de Caldas.

Por fim, vale ressaltar a ausência de treinamento específico por parte do Governo Federal para os novos servidores, uma vez que, após a posse dos mesmos, é necessário um período para adaptação aos procedimentos burocráticos, bem como à interação com as rotinas e operacionalização dos diversos sistemas oficiais existentes. Tal fato, tendo em vista a ausência do Estado, acaba por gerar mais uma rotina para ser cumprida pelo próprio setor que já se encontrava sobrecarregado, qual seja, o treinamento do novo servidor contratado.

#### **b) Os aperfeiçoamentos implementados.**

No intuito de otimizar as rotinas internas de diversos setores da Instituição, foram instituídas algumas comissões de normatização, as quais visam criar normativos que regulamentarão as rotinas de algumas áreas tais como Patrimônio, Almoxarifado e Compras. A constituição dessas comissões, além de atender a necessidade interna da Instituição, visa atender às recomendações feitas por este setor de Auditoria Interna.

Além das comissões que visam normatizar as rotinas internas de diferentes setores da Instituição, há de se mencionar os trabalhos realizados, sob a coordenação do Vice-Reitor, [REDACTED], nas rotinas de concessão de diárias e passagens. As ações realizadas por esta comissão levaram à completa implantação do Sistema SCDP na Instituição de uma forma mais racionalizada, uma vez que foram descentralizadas as funções do solicitante e proponente. Tal fato divide as competências e aumenta as responsabilidades gerando, conseqüentemente, um maior controle das ações tendo em vista a segregação de funções. Além das distribuições das responsabilidades, tais ações desafogaram os setores que encontravam-se sobrecarregados. Foi desenvolvido, também, o conseqüente trabalho de conscientização dos diversos setores da Instituição de tal sorte que fossem difundidos todos os normativos pertinentes, assim como as rotinas inerentes ao assunto de tal sorte a otimizar as solicitações e as concessões das diárias e passagens.

Também merecem destaque as ações implementadas pela Instituição na área de Tecnologia da Informação, ações essas que vieram otimizar as rotinas internas e as tornaram mais eficientes. Destaca-se aqui a implantação, no final de 2010, do Sistema Institucional de Compras – SIC, programa este desenvolvido pela equipe de TI desta Instituição e que otimizou as rotinas internas do processo de compras. Com a implantação do presente sistema, problemas que ocorriam quando da utilização do antigo deixaram de existir, tornando mais ágil a formatação do processo de compras. Além do mais, o presente programa possibilita a execução de rotinas que anteriormente eram feitas à mão e que demandavam tempo e comprometiam a agilidade dos processos de compras. Há de se mencionar, também, que com a implantação do referido sistema ampliou-se, também, os controles internos do setor, uma vez que o presente programa apresenta travas e perfis de utilização.

Outro ponto da área de TI que merece destaque é a informatização do protocolo da Instituição. A equipe de TI da UNIFAL-MG desenvolveu um software que permitiu a informatização de uma área que era muito frágil nesta Ifes, o Protocolo. Com o programa que se encontra em fase instalação, neste mês de janeiro de 2011, ao se protocolar um documento na Instituição, automaticamente será gerado um código de barras que permitirá o registro, através de um leitor, nos diversos setores da Instituição e, conseqüentemente, o autor da solicitação poderá acompanhar exatamente onde se encontra o seu pedido. Este programa se mostra como uma importante ferramenta para os controles internos institucionais, bem como para todo e qualquer indivíduo que tenha protocolado um pedido na Instituição.

Por fim, cabe-nos ressaltar a reestruturação havida na Assessoria de Comunicação da Instituição, tornando-a mais atuante no sentido de promover o acesso às informações institucionais a toda a sociedade. Tal fato, por si só, já amplia o controle sobre os atos e fatos institucionais.

### **3.4 – Dos procedimentos licitatórios.**

#### ***3.4.1 – Das Dispensas de licitação.***

Os processos de dispensa de licitação, desta Instituição, contendo o objeto da contratação e seu valor, a fundamentação da dispensa, seus responsáveis e CPF e a

identificação do contrato encontram-se demonstrados nos quadros presentes, no ANEXO III.

Da análise dos processos formalizados por esta Instituição, foi possível constatar a existências de pequenas incorreções formais que foram tratadas diretamente com o setor competente, vindo este a providenciar as correções pertinentes tornando-os devidamente formalizados nos exatos termos da Lei nº 8666/93. Também há de se mencionar os fatos apontados no Relatório de Auditoria Interna nº 03/2010, quando da análise dos processos licitatórios e contratos, que, embora não sejam caracterizados como irregularidades e nem tenham causado prejuízo ao erário, merecem ser salientados no sentido de que não mais ocorram em futuras dispensas.

#### ***3.4.2 – Das Inexigibilidades.***

Os processos de Inexigibilidade contendo o objeto da contratação e seu valor, a fundamentação da inexigibilidade, seus responsáveis e CPF e a identificação do contrato encontram-se demonstrados no quadro presente, no ANEXO IV.

Da análise dos processos formalizados por esta Instituição, foi possível constatar a existências de pequenas incorreções formais que foram tratadas diretamente com o setor competente, vindo este a providenciar as correções pertinentes tornando-os devidamente formalizados nos exatos termos da Lei nº8666/93. Também há de se mencionar os fatos apontados no Relatório de Auditoria Interna nº03/2010, quando da análise dos processos licitatórios e contratos, que, embora não sejam caracterizados como irregularidades e nem tenham causado prejuízo ao erário, merecem ser salientados no sentido de que não mais ocorram em futuras Inexigibilidades.

#### ***3.4.3 – Dos Pregões (eletrônicos e presenciais), Tomadas de Preço e Concorrências.***

Para a análise dos processos licitatórios, com pertinência às legislações concernentes à formalização dos processos, foi feita uma checagem acerca dos seguintes itens para cada procedimento analisado: pedido de autorização para expedição da licitação; autorização do ordenador de despesas; solicitação para elaboração do termo de referência; termo de referência, projeto básico, caderno de encargos, planilhas; questionamento acerca da disponibilidade orçamentário/financeira; parecer sobre a disponibilidade orçamentário/financeira; autorização do reitor; portaria do pregoeiro e ou da Comissão

Permanente de Licitação-CPL; minuta do edital e seus anexos; minuta do contrato (quando for o caso); parecer da procuradoria; edital de licitação; comprovante de publicação do edital resumido no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação (se tomada de preços) e em jornais locais para o caso do Pregão Presencial; inclusão do pregão no COMPRASNET (se Pregão Eletrônico); ata de realização e resultado; declaração da situação (idoneidade) do fornecedor e documentação; recursos eventualmente apresentados e respectivas manifestações e decisões; Adjudicação; despacho para homologação; homologação; autorização para emissão da nota de empenho; nota de empenho; portaria SICON e ou de fiscalização e acompanhamento da execução de serviços de engenharia ou obras, contrato, publicação do extrato do contrato.

Quanto aos pregões, foram formalizados 247 pregões durante todo o ano de 2010, contudo, quando da realização dos trabalhos de auditoria nos procedimentos licitatórios, haviam sido formalizados 149 pregões, destes, tendo em vista a pertinência e a relevância do objeto, foram selecionados 12 processos (8,06% do total existente à época), quais sejam Pregões n<sup>os</sup> 006, 007, 015, 020, 024, 027, 036, 044, 053, 086, 102 e 131 (listagem dos pregões selecionados e relação de todos os participantes – ANEXO V).

Quanto às demais modalidades de licitação, constatou-se a existência de 02 processos de Concorrência e 07 processos de Tomadas de Preço. Deste universo foram analisados, no exercício de 2010, um processo de concorrência e um processo de tomada de preços. A listagem com todos os processos de concorrência e tomada de preço integram o ANEXO VI.

Em todos os procedimentos analisados contatou-se a sua regularidade material. Em alguns casos, contudo, foram verificadas pequenas falhas formais, que já foram tratadas diretamente com o setor responsável e providenciadas suas regularizações o que em nada prejudicou a regularidade dos procedimentos licitatórios. Há de se salientar, nesta oportunidade, a otimização ocorrida nas rotinas internas, bem como nos controles dos setores responsáveis pela formalização e realização dos Pregões.

### **3.5 – A avaliação do gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes, firmados.**

A Universidade Federal de Alfenas, para o exercício de 2010, não firmou nenhum convênio. Contudo, houve 10 descentralizações para a UNIFAL-MG sendo 03 com a SESu/MEC,

03 com o FNDE, 01 com a CAPES, 01 com a SPO/MEC, 01 com a UFLA e 01 com o FNDCT. Vejamos a seguir a avaliação de cada uma dessas descentralizações:

**a) Origem dos Recursos: Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC**

**Objeto:** Construção de prédio para abrigar parte dos cursos de graduação no *campus* de Varginha da UNIFAL-MG.

Portaria n° 808, de 29 de Junho de 2010

**Vigência:** Junho de 2010 a Junho de 2011

**Valor Descentralizado:** R\$ 1.097.027,42

**Valor Executado:** R\$ 1.097.027,42

**Metas**

**Para 2010:** Elaborar o projeto da construção (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidráulico, de lógica, de telefonia e de combate a incêndio); elaborar e processar a licitação e contratar (elaboração de edital, abertura de propostas, homologação e emissão de empenho); início da execução da obra (contratação e recebimento parcial dos serviços);

**Para 2011:** Término da execução e recebimento da obra.

**Resultados Esperados:** Construção, dentro do prazo de vigência, de um prédio de 1.250 m<sup>2</sup> de área, para abrigar os cursos de graduação do *campus* Varginha.

**Resultados Alcançados:** A construção do “Prédio A” no campus Varginha, com área de 1.250 m<sup>2</sup>, foi licitado por meio da Tomada de Preços N° 3. Sua fase principal, a Instalação de Gesso e Pintura, através do pregão 194/2010 e a parte elétrica no pregão 226/2010. Não foi possível iniciar a obra em 2010 devido ao excesso de chuvas que ocorreram no mês de dezembro, portanto, sua construção se dará em 2011, até o seu prazo de vigência.

**b) Origem dos Recursos: Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC**

**Objeto:** Aquisição de material de consumo e permanente para atender às necessidades do Programa Incluir 2009 – UNIFAL-MG.

**Portaria n°:** 2.113, de 1° de dezembro de 2010

**Valor Descentralizado:** R\$ 98.209,00

**Valor Executado:** R\$ 27.500,00

**Justificativa:** A presente proposta tem como foco central a inclusão social da pessoa com necessidades educacionais especiais, tanto da comunidade interna, quanto externa à Instituição, entendendo que é fundamental empreender esforços, no sentido de uma mobilização institucional. Portanto, propusemos a reestruturação do Núcleo de Acessibilidade da UNIFAL-MG, como o

caminho para a eliminação dos obstáculos que impeçam, interrompam ou excluam a formação plena de pessoas com necessidades especiais.

**Resultados:** Dando continuidade às Ações do Programa Incluir na UNIFAL-MG, foi submetido um Plano de Trabalho junto à Secretaria de Educação Superior, também em 2010, referente à Fase II de Reestruturação do Núcleo de Acessibilidade. O Plano de Trabalho foi aprovado e os recursos foram descentralizados. A Portaria somente foi publicada no dia 06/12/2010. Com os recursos foi adquirida uma Plataforma de recurso vertical. O Núcleo vai solicitar os recursos não executados em 2010, devido ao curto prazo para sua execução.

**c) Origem dos Recursos: Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC**

**Objeto:** Inserção social de portadores de Necessidades Especiais e Autonomia

**Portaria n°:** 1708 de 01 de dezembro de 2009

**Vigência:** Dezembro/2009 a Novembro/2010

**Valor Descentralizado:** R\$ 51.703,29

**Valor Executado:** R\$ 40.469,75

**Objeto: Inserção social de portadores de Necessidades Especiais e Autonomia.**

Considerando que a extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a transformação social, surgiu a ideia de elaborar este Programa que integra professores, técnico-administrativos, acadêmicos da Universidade Federal de Alfenas e da Empresa Júnior FarmAlfenas (com a finalidade de preparar alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE-Alfenas-MG), tutores e dirigentes para o desenvolvimento das atividades relacionadas à manipulação higiênica e sanitária de condimentos, conforme legislações vigentes. Serão estimuladas: autoestima, aproveitamento de habilidades, inserção social e cidadania. Os alunos serão orientados sobre higiene pessoal, utilização de manipuladores de alimentos, boas práticas de produção, regras de edificação, rotulagem, controle de qualidade, custos e sobre a construção de banco simples de dados.

**Resultados:** No ano 2010, foi dada continuidade às atividades de preparação dos alunos da APAE de Alfenas, assim como dos tutores e dos dirigentes, para o desenvolvimento de atividades de manipulação higiênica e sanitária de condimentos. Foram efetuadas despesas no valor de R\$ 40.469,75 para aquisição dos itens necessários para a realização das atividades. Efetuaram-se despesas com compra de materiais hospitalares, de materiais de expediente, de notebook, de liquidificador industrial, de microcomputador, de projetor multimídia e de agitador de tubos, com pagamento de estagiários e com confecção de *banners* e de camisetas.

**d) Origem dos Recursos: Universidade Federal de Lavras - UFLA**

**Objeto: Termo de Cooperação: Apoio Financeiro destinado à manutenção das IFES**

**Liberação:** Dezembro de 2010

Período de Execução: Julho /2010 a Dezembro/2010

Valor Descentralizado: R\$ 4.324.706,00

Valor Executado: R\$ 4.324.211,36

**Objetivo: Manutenção das IFES**

**Resultados:** O valor executado nesta Ação refere-se à Emenda Parlamentar da Bancada Mineira, distribuído entre as Instituições do Estado, em forma de apoio à manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior em Minas Gerais. Os recursos foram utilizados na aquisição de materiais de consumo, de materiais permanentes, de serviços terceirizados, de energia elétrica, dentre outros. Foi possível também a aquisição de dois microônibus e a contratação de pessoa jurídica, para fins de execução de obra, com o fornecimento de materiais, para cercamento, construção de guarita, da rede física de dados e de energia elétrica e de infraestrutura, com pavimentação asfáltica, do campus Varginha, da UNIFAL-MG. Os créditos orçamentários foram alocados em algumas universidades, que por sua vez, descentralizaram os mesmos, para quem de direito. No caso da UNIFAL-MG, os recursos foram oriundos da Universidade Federal de Lavras, que descentralizou também para UNIFEI, UFVJM e UFTM.

**e) Origem dos Recursos: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**

**Objeto:** Termo de Cooperação – Edital Nº 13/2010 DED/CAPES – Pró-Equipamento 2010

Apoio financeiro às Instituições Públicas de Ensino Superior participantes do Sistema UAB para a aquisição de equipamentos e mobiliário, visando equipar núcleos de educação a distância, coordenação de cursos, salas de tutoria e pólos de apoio presencial com a finalidade de melhorar a infraestrutura dos cursos oferecidos no âmbito do Sistema UAB.

**Vigência:** Outubro/2010 a Outubro/2011

**Valor Descentralizado:** R\$ 107.638,60

**Valor Executado:** R\$ 101.455,90

**Resultados:** Foram adquiridos os equipamentos conforme solicitados no Plano de Trabalho e aprovados de acordo com as normas do Edital. Equipamentos como Projetor Multimídia, Microcomputadores, Aparelho Blu ray Player, Máquina Copiadora, Câmera Fotográfica Digital, Mesa de Som, Notebook, Lousa Interativa e Sistema de Home Theater foram adquiridos.

**f) Origem dos Recursos: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

**Objeto: Recursos captados por meio de Editais da CAPES**

Além dos recursos orçamentários administrados pela UNIFAL-MG, existem ainda os recursos vinculados a Editais através de projetos específicos predominantemente de caráter finalístico. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação gerencia recursos de alguns programas, por meio de submissão de projetos junto a CAPES. Em 2010, ocorreram três descentralizações de créditos conforme a seguir:

- Programa Demanda Social com bolsas de mestrado para os programas de Química e Ciências Farmacêuticas. As bolsas deste programa são pagas mensalmente para alunos matriculados nos programas da UNIFAL-MG. As bolsas atualmente são pagas diretamente pela CAPES, contudo, ainda nos primeiros meses de 2010, foram pagas mediante descentralização de créditos à UNIFAL-MG que as repassavam aos alunos. No mês de janeiro foram pagas 13 bolsas de R\$ 1.200,00 e no mês de fevereiro 12 bolsas de R\$ 1.200,00, perfazendo um total de R\$ 30.000,00.
- Programa PROAP (Pró-Equipamento) fornece recursos de custeio para pagamento de diárias, de materiais de consumo, de serviços, dentre outros. No ano de 2010 foram disponibilizados R\$ 96.000,00 em créditos, que foram utilizados em 95,28% no pagamento de diárias de servidores e colaboradores eventuais, de materiais de consumo e de serviços.
- Programa PROAP para aquisição de equipamentos de pequeno porte no âmbito da Instituição. Foram disponibilizados R\$ 149.700,00, que foram utilizados totalmente para aquisição de um Analisador Hematológico, de um Sistema Portátil para Fotossíntese, de Espectroradiometro, de Analisador de Osmolalidade e de Estereotáxico Dual Digital.

**g) Origem dos Recursos: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**

**Vigência:** Setembro/2010 a Setembro/2011

**Objeto:** Projeto Institucional de Formação Continuada – Rede Nacional de Formação Continuada:

- Oferecer cursos voltados para a formação docente em diferentes etapas e modalidades da educação básica, a fim de que a educação seja de qualidade e que seja construída em bases científicas e técnicas sólidas;
- Contribuir para a formação dos profissionais do magistério, como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais;

- introduzir e consolidar a ideia de “formação em rede”, possibilitando discussões, reflexões, encaminhamentos e pesquisas e outras ações que promovam uma retroalimentação positiva que irá contribuir para a consolidação dessa rede.

**Valor Descentralizado:** R\$ 124.865,79

**Valor Executado:** R\$ 54.761,70

**Resultados:** Foram disponibilizados R\$ 124.865,79, sendo R\$ 121.195,79 de custeio e R\$3.670,00 de capital. Foram empenhados R\$51.480,71 de custeio (serviços gráficos, reprografia e material de expediente) e R\$ 3.280,99 de capital (Projektor, Microcomputador e Impressora a Laser).

**h) Origem dos Recursos: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**

**Objeto:** Termo de Cooperação Nº 279/2010 – Aquisição de Veículo para Atender Demandas dos Cursos e Projetos no Âmbito da UAB.

**Valor Descentralizado:** R\$ 84.900,00

**Valor Executado:** R\$ 84.900,00

**Resultados:** Foram disponibilizados créditos orçamentários para Aquisição de uma Pick-up zero km. A UNIFAL-MG adquiriu então o veículo que será utilizado principalmente para visitas de professores e coordenadores aos pólos de apoio.

**i) Origem dos Recursos: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC**

**Objeto:** Capacitações da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC – SPO/MEC

**Valor Descentralizado:** R\$ 10.468,72

**Valor Executado:** R\$ 10.468,72

A SPO/MEC descentralizou recursos para a UNIFAL-MG para que os servidores pudessem realizar suas capacitações. Com os recursos disponibilizados participaram três servidores na “III Jornada de Capacitação Técnica”, dois servidores para o “Programa de Eficiência do Gasto Público”, dois servidores para “Palestra sobre Depreciação” e um servidor para “Encontro de Encerramento do Exercício”.

**j) Origem dos Recursos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT**

**Objeto:** Projeto 336/2009 – Aquisição de Equipamentos

**Valor Descentralizado:** R\$ 615.639,00

**Valor Executado:** R\$ 600.211,50

Além dos projetos submetidos a CAPES, a UNIFAL-MG teve, também, projetos financiados pelo FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Assim como os projetos submetidos a CAPES, estes obedecem aos critérios estabelecidos em seus editais. O acompanhamento e avaliação dos resultados desses projetos são feitos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Com os recursos disponibilizados foi possível a aquisição de diversos equipamentos: Espectrofotômetro de RMN por transformação de Fourier para magneto supercondutor, Sistema de Microscopia e Análise de Imagem Digital, Sistema de Detecção de Sequência ABI 7500, Zebrafish modelo Stand Alone e Sistema de Liofilização Labconco.

### **3.6 – Verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal.**

No tocante à verificação da consistência da folha de pagamento, há de se informar que, no decorrer do exercício, independente de auditoria específica na área, é realizado por esta Auditoria Interna acompanhamento das rotinas do setor de pagamento, através de consultas periódicas ao SIAPE, de diversas rubricas quando do seu pagamento. As eventuais dúvidas surgidas são sanadas diretamente com a chefe do setor.

No intuito de subsidiar essa manifestação acerca da consistência da folha de pagamento, foram feitas consultas atuais (26 e 27/01/2011) ao SIAPE. Por amostragem, foram selecionados 05 servidores técnico-administrativos em educação (SIAPE n<sup>os</sup> [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]), 04 docentes ( SIAPE n<sup>os</sup> [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]), 02 servidores aposentados (SIAPE n<sup>os</sup> [REDACTED] e [REDACTED]) e um instituidor de pensão (SIAPE n<sup>o</sup> [REDACTED]).

Da análise feita no decorrer do exercício, bem como da revisão feita nas fichas financeiras dos servidores relacionados acima, extrai-se que as diversas rubricas utilizadas por esta Instituição estão sendo pagas nos exatos termos e exigências legais, onde as gratificações e os benefícios são concedidos nos limites e ditames da lei. Aquelas rubricas cujos cálculos não são feitos de forma automática, encontram-se parametrizados e devidamente calculados nos exatos limites e formas de concessão. Posto isso, no que se refere à consistência da folha de pagamento, há de se informar que a mesma é elaborada com esmero pelo setor de pagamento o que possibilita segurança e agilidade na execução dos pagamentos por parte do Departamento de Contabilidade e Finanças.

#### **4. FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA.**

O ano de 2010 foi um ano impar para a consolidação desta Instituição como Universidade Federal. A estrutura organizacional aprovada no estatuto através da Resolução nº 040/2007 do Conselho Superior da UNIFAL-MG, datada de 05 de outubro de 2007, e que foi recomendado pelo Ministério da Educação em 2009, ganha maior detalhamento com a aprovação do Regimento Geral da UNIFAL-MG na 114ª reunião do Conselho Superior, através da aprovação da Resolução nº 004/2010, datada de 09/04/2010. Tal fato deu uma nova roupagem a toda Instituição, bem como a esta Auditoria Interna, uma vez que a mesma foi tratada em um capítulo a parte, como órgão de assessoramento da gestão e vinculada ao novo Conselho Universitário. Em decorrência da aprovação do Regimento Geral, fez-se necessária a elaboração do Regimento Interno de todas as Unidades e Setores da Instituição, inclusive desta Auditoria Interna. Tal fato demandou tempo de estudo no decorrer de alguns meses e a concentração de esforços no mês de setembro de 2010 para a redação, a revisão e a finalização da minuta do referido regimento para o consequente encaminhamento ao Conselho Universitário, para deliberação e aprovação. Ainda nesse contexto, há de se mencionar as alterações ocorridas em alguns setores da Instituição, também em decorrência do Regimento Geral, e que, mesmo que indiretamente acabaram por impactar nesta Auditoria Interna, tendo em vista o período necessário para adequação e assimilação das inovações trazidas com a nova estrutura.

Corroborando a essa nova roupagem dada à Instituição pela aprovação do Regimento Geral, há de se mencionar a posse da nova Reitoria, que se deu em 19/03/2010. Como consequência, foram feitas, de forma gradativa, alterações em diversos setores da Instituição através da nomeação e substituição de pessoal para a formação da equipe da nova gestão. Neste contexto, há de se mencionar a alteração ocorrida nesta Auditoria Interna através da substituição da chefia do setor, uma vez que a servidora [REDACTED] solicitou o seu desligamento do Setor para assumir a função de Pró-Reitora de Administração e Finanças Adjunta. A presente substituição foi aprovada em julho de 2010 pelo Conselho Universitário, sendo imediatamente remetida à Controladoria Geral da União, onde o processo de substituição tramitou por mais dois meses, vindo a se concretizar apenas em 20/09/2010. Com a saída da servidora [REDACTED], foi nomeada para compor os quadros dessa Auditoria Interna a servidora [REDACTED], detentora do cargo de Revisor de Textos e que desempenhará suas atribuições neste setor auxiliando nas atividades de apoio.

Há de se mencionar, ainda, o período de expansão pelo qual a UNIFAL-MG vem passando, através da implantação de novos cursos e da estruturação dos novos *campi* nas cidades de Varginha e Poços de Caldas, o que impacta diretamente as atividades desta Auditoria Interna. Adicionalmente, inerente ao crescimento da Instituição, a necessidade de se estabelecer normatizações internas para a regulamentação de diversos setores deve ser mencionada, uma vez que demandaram a representação da Auditoria Interna, pois tal necessidade por normatizações é constantemente apontada por este setor.

## **5. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.**

- a) Participação do servidor [REDACTED] no curso Prática de Auditoria em Planilhas de Custo e Formação de Preço dos Serviços Terceirizados, realizado no período de 16 a 17 de Setembro de 2010, na cidade de Recife/PE;
- b) Participação do servidor [REDACTED] do Treinamento do Sistema SISAC, que foi realizado no Tribunal de Contas da União no dia 28 de setembro de 2010, na cidade de Brasília-DF;
- c) Participação do servidor [REDACTED] do XXXIII Fórum Nacional de Auditores Internos das Instituições Federais Vinculadas ao MEC – FONAI/MEC, realizados no período de 18 a 22 de outubro de 2010, em Salvador/BA;
- d) Participação do servidor [REDACTED] do Curso de Auditoria e Controles Internos Governamentais, ministrado pelo [REDACTED] que foi realizado pela ABOP no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2010, na cidade de Santo André/SP.

Os resultados alcançados com a participação nos fóruns e treinamentos específicos levaram à qualificação e atualização das atribuições regimentais do Auditor Interno, ao aperfeiçoamento de métodos e técnicas de auditoria e à interação com as demais Auditorias Internas das Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação.

## **6. AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.**

Como ação de fortalecimento pode-se mencionar o tratamento dado no novo Regimento Geral da UNIFAL-MG para a Auditoria Interna, onde a mesma foi inserida em um capítulo a parte

como órgão de assessoramento da gestão vinculada diretamente ao Conselho Universitário. Em decorrência da aprovação do referido Regimento Geral, fez-se necessária a elaboração do Regimento Interno desta Auditoria Interna, o qual contém as competências inerentes ao setor e encontra-se tramitando no Conselho Universitário para aprovação. Tais normativos, corroborados pelo Manual de Auditoria Interna que se encontra em fase de elaboração por este setor, são ferramentas importantíssimas no fortalecimento da Auditoria Interna desta Instituição, uma vez que proporcionarão maior segurança na consecução das suas atividades.

Alfenas, 31 de janeiro de 2011.

**JEFERSON ALVES DOS SANTOS**  
**Matrícula nº1555750**  
**Chefe da Auditoria Interna da UNIFAL-MG**